

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano VI • nº 145 • De 11 a 24 de março de 1982 Cr\$ 70,00

O PP CHEGA AO FIM O PMDB ADERE À CONCILIAÇÃO

Corruptos, adesistas e biônicos no partido de Ulisses págs. 2 e 3

LULA

Em entrevista exclusiva, o presidente do PT analisa a incorporação do PP ao PMDB e discute as tarefas do partido.

págs. 4 e 5

OLÍVIO

Em uma carta dirigida a todos os militantes, convoca um encontro nacional para discutir a ação sindical do PT.

págs. 16 e 17

GREVES

Um relato das greves em Niterói, Crisúma, São Bernardo e da luta salarial dos professores.

Págs. 14, 15 e 20

UNE

Enquanto a UNE vacila em unificar a luta contra a portaria do MEC, cresce a idéia da greve geral.

pág. 13

Direto de Morazán, El Salvador



Um relato da força
e a vida da revolução
Por Lars Palmgreen

págs. 10, 11 e 12



Rosa Gaudiano

8 de março

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado no mundo inteiro. Em S. Paulo a comemoração aconteceu de forma muito especial: muita política, muita conscientização, muitas flores, muita alegria e muitas emoções.

pgs. 18 e 19

Novas adesões ao PT

A incorporação do PP ao PMDB não provocou uma revoadada de militantes para o PT. Mas deslocou bases operárias importantes como a de João Monlevade, em Minas, um dos berços do sindicalismo autêntico.

A incorporação do PP ao PMDB não teve como consequência a nível nacional, um relevante ingresso de novos militantes no PT. Pois com poucas exceções, desde há muito que os campos entre o liberalismo caboclo peemedebista e o classismo petista já estavam bem demarcados e definidos. Assim, dentro do PT pouco se esperava desta revoadada toda.

Entre estas exceções, estão: o inesperado senador Evandro Carreira, do Amazonas (ver abaixo), agora o primeiro senador do PT desde a passagem meteórica pelo partido do sr. Santillo; algumas transferências de bases importantes em Minas; e umas poucas mais pelo resto do país, entre estas, dois vereadores agora em São Bernardo do Campo, São Paulo.

Curioso no entanto é a situação no Rio Grande do Sul. Lá, pela tradição de um trabalho mais popular no PMDB, era de se esperar que a direitização trazida pela incorporação tivesse maiores efeitos sobre os setores populares do partido. Particularmente no caso da chamada Corrente Popular, que claramente se distanciara da tradicional política de colaboração de classes que dá a marca, a nível nacional, da Tendência Popular do PMDB. Mas, o que se viu, foi a inércia das posições já ocupadas dentro do partido de Simon.

O presidente da União Estadual dos Estudantes, Aldo Fornazieri, por exemplo, uma das expressões da Corrente, sentindo os ares a nível nacional da incorporação, e em aliança com os petistas na gestão atual da entidade, a princípio mostrou grande sensibilidade frente à situação e se predispõe a engrossar o PT. Mas, passado o impacto dos primeiros momentos da entrada no PMDB do ex-governador arenista Sivalva Guazelli, reconsiderou sua posição.

Ouvido também pelo **EM TEMPO**, Tarso Genro, um dos líderes regionais da Corrente Popular reconhece que, agora, depois da incorporação "as chances do PMDB se transformar num instrumento do radicalismo democrático, de alguma importância para os trabalhadores, é bem menor". Mas, apesar de afirmar que "o PMDB agora ruma para se transformar num partido tão direitista como o PDT, expressamente conciliador". Tarso, ainda assim, o prefere ao PT, o qual, a seu ver "se é um partido que se diz dos trabalhadores, socialistas, não tem ainda formas de luta claras e padece de concepções espontaneístas".

Revelando no entanto mais cristalinamente a lógica da Corrente Popular, Sérgio Weigert, autor do livro "Hora do Povo: Uma vertente para o fascismo", e outra liderança regional da Corrente, afirma: "nossa posição pretende acumular forças e,

depois das eleições, redefinir completamente nossas posições". E assim, deixa ver que as razões da permanência no PMDB podem ser menos políticas do que eleitorais.

Em Minas Gerais, no entanto, a entrada de Tancredo Neves e seu PP no PMDB não deixou espaço para tanto jogo de cintura ou tergiversação política sobre o significado do novo PMDB. Na cidade de Monlevade, onde está a Belgo-Mineira e um dos berços do sindicalismo combativo, praticamente todo o Diretório Municipal do PMDB se transferiu para o PT. Num manifesto ao povo brasileiro os novos petistas afirmam que a "incorporação do PP ao PMDB incorpora ao partido os mais expressivos representantes dos grupos oligárquicos, velhas figuras do IPES e do IBADE, os mesmos que articularam o golpe de 64... alinhar na mesma linha política oprimidos, torturados, e aqueles que favoreceram, foram coniventes ou financiaram a tortura, é inadmissível".

Acrescentam ainda que "por sermos trabalhadores e sabermos que o essencial num Partido é a defesa dos interesses da classe trabalhadora e a participação dos trabalhadores na ação política, e por desejarmos um Partido que nasce da base, construído pelos operários, isento das maquinações de cúpula, é que optamos pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES".

Senador Evandro Carreira

"Sempre fui um descontente com o PMDB"

Surpresa geral foi a entrada do PT do senador Evandro Carreira, advogado criminalista hoje na faixa dos 50 anos, e que emergiu nacionalmente no cenário político no bojo da avalanche emedebista de 74, no estado do Amazonas.

Em entrevista coletiva em São Paulo, nesta semana, o senador petista afirmou que sempre estivera deslocado dentro do MDB e, agora, do PMDB. Logo após sua eleição se entusiasmará com as "caravanas democráticas" propostas pelo senador Marcos Freire, onde os parlamentares teriam a função de "andar pelo país afora agitando e conscientizando o povo, ao invés de permanecerem no senado discursando, elaborando projetos enfim, encenando do alto da torre de marfim". Mas, as caravanas não ocorreram, adianta o Carreira. E assim, passei a centrar minha atuação como senador em torno da questão da defesa da Amazônia.

De fato a marca nacional do senador é, desde então, a ecologia e a Amazônia, tendo inclusive se notabilizado por vários filmes em que participou ou até mesmo produziu, tudo em prol da causa amazônica e ecológica.

Quanto às razões de seu ingresso somente agora no PT, Carreira afirma que "foi nos últimos meses que o PT de fato se definiu e, só agora, é que obtive seu registro definitivo. Por isso, vim para o partido neste instante, quando as brechas da lei novamente se abriram para a transferência de

legenda. Mas vim antes de o Tribunal votar a incorporação, prova de que meu gesto não tem motivação eleitoreira alguma".

Hoje, sou um "soldado do partido, à disposição da tarefa que me for delegada", arremata o senador. "Nossa luta é a organização do trabalhador, pois sem isso jamais se alcançará a tão almejada justiça social que todos queremos. Não foi outra a razão da derrota de Xambioá ou de Caparaó, senão a falta de organização da classe trabalhadora".

Perguntado sobre o socialismo, Carreira não se embarça e responde que "até hoje ele não vingou no Brasil por falta igualmente de organização para a luta da classe trabalhadora. Mas, com o PT, um novo desafio está lançado: vamos mudar a ordem que aí está e construiremos um socialismo bem brasileiro que seguramente será o melhor que se possa imaginar".

O senador, no último fim de semana escolhido pela pré-convenção do PT amazonense candidato do partido ao governo do estado, reconhece que "é difícil derrotar Gilberto Mestrinho (PMDB) aliado ao capital financeiro multinacional e o PDS apoiado sobre os latifundiários. Mas, a fé do povo no PT, lá no estado, é grande. Há companheiros que viajam horas de barco para chegar a uma convenção. O partido tem crescido muito e crescerá ainda muito mais. Enfim, a fé do povo na legenda é forte e é nisso que confiamos agora na campanha eleitoral".

Saiu na frente construindo o PT

Desde a proposta de construção do Partido dos Trabalhadores temos nos colocado em sua defesa. Fomos o primeiro jornal a apostar nesta idéia e a abrir nossas páginas para o PT. Estamos dispostos a ajudar incondicionalmente a construção do partido. Participe deste trabalho, faça já sua assinatura do EM TEMPO.

SINDICATOS CONTESTAM MANOBRAS DE FICHERO

EM TEMPO

Um balanço de dez anos de intracções e perseguições contra os católicos

IGREJA NA MIRA DA REPRESSIONE POLITICA

AGORA, O PT

EM TEMPO

FURO: balanço da legislação revista

EM TEMPO

LULA CONTRA-ATACA

AGORA, O PT

EM TEMPO

CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

DA TRIBUNA DO SENADO DA REPUBLICA, LULA PROCLAMA:

PT É SOCIALISTA!

AURELIANO ASSUMIU?

DE OUTUBRO

Escândalo:

PT 200 MIL FILIADOS

Campanha financeira

Ajude a fortalecer nossa imprensa

O PT está crescendo, e a partir deste mês terá um jornal (ver matéria na página 8). Teremos agora um instrumento oficial, que divulgará informações sobre o partido e suas tomadas de posição mais importantes.

Ao mesmo tempo, a necessidade de informação e análises dentro do PT vem aumentando rapidamente. O partido está entrando no momento das definições, como disse Lula. O debate político vai se enriquecendo e aprofundando. É ainda mais necessário lutar para que o PT assimile as lições das lutas dos trabalhadores.

É diante desta necessidade que estamos realizando um esforço para fortalecer a nossa imprensa. Agora, contamos já com uma segunda publicação: a revista *Perspectiva Internacional*, voltada para divulgar no PT análises da luta de classes em todo o mundo.

Faça sua assinatura do **EM TEMPO** e da *Perspectiva Internacional*!

A Editora Aparte S/A ●
Rua Francisco Leitão, 57
● Pinheiros ● São Paulo
● CEP 05414
● Fone: 852-8880



Estou enviando o cheque n.º por uma assinatura anual

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Editorial

As eleições não serão um plebiscito

Por Nei Manique

Depois da união PP-PMDB, muitos comentaristas políticos da grande imprensa estão tratando as eleições como se fossem refletir essencialmente um confronto entre o PDS e o PMDB. As eleições ganhariam de novo um caráter plebiscitário, como até 1978. Os demais partidos não passariam de figurantes, não poderiam jamais serem considerados atores de destaque.

Esta interpretação é totalmente falsa: de modo algum estamos voltando à situação de tempos atrás.

Primeiro, porque a distinção PDS-PMDB não reflete uma separação minuciosamente clara entre regime e oposição (ainda que oposição burguesa e limitada): o PMDB está cheio de antigos servidores da ditadura (ver matéria ao lado).

O antigo MDB não era um partido, era apenas uma legião onde se amontoavam dissidências do regime, liberais burgueses e políticos comprometidos com os interesses dos trabalhadores e do povo. Não tinha um projeto político. Não era sequer uma frente política: as pessoas não tinham escolhido estarem juntas por nenhuma identidade.

O atual PMDB é pelo menos uma frente que se posiciona claramente contra os interesses próprios e a independência política dos trabalhadores, hoje representados pelo PT. Tem um projeto claro: garantir uma mudança do regime sob o controle de políticos "respeitáveis", isto é, representantes da burguesia. A presença dentro do PMDB de correntes políticas que se reclamam do movimento operário (PCB, PCdoB, MR-8) não desmente esta caracterização: estas correntes se distinguem justamente por aceitarem a hegemonia da burguesia no processo de luta contra a ditadura, e defendem uma política reformista.

Mais importante ainda, hoje existe uma alternativa que não existia até 1978, o PT. Os trabalhadores hoje podem optar por uma alternativa política claramente sua. O PT, que não tem senadores biônicos, nem governadores da ARENA, nem respeitáveis burgueses, é um partido de qualidade radicalmente diferente do PMDB, separado deste pelo muro dos interesses de classe distintos. Não pode haver voto plebiscitário nesta situação, mas sim uma escolha entre três alternativas fundamentais: o apoio ao regime (PDS), o apoio a um projeto de mudança controlado e limitado pela burguesia, e o apoio à luta contra a ditadura e a exploração sob a direção dos trabalhadores.

Aliás, o que a incorporação fez, além de diluir mais as fronteiras entre a oposição burguesa e o regime, foi trazer ao PT setores populares importantes que ainda estavam no PMDB (ver matéria sobre Monlevade), e acentuar a contradição e a debilidade dos setores que ainda teimam em querer expressar dentro do PMDB interesses próprios dos trabalhadores que não aceitam a política de conciliação do bloco PCB-PCdoB-MR-8 (ver matéria sobre a "corrente popular" do PMDB do Rio Grande do Sul).

Cada vez mais há no Brasil três alternativas, como já dissemos. E quem quiser escolher o campo dos trabalhadores, dentro do atual quadro partidário, só pode militar no PT. Quem quiser fazer uma oposição clara, sem conciliação, e identificada com o movimento operário e popular, só pode militar no PT. O resto é confusão.

PMDB (PP)

O partido da conciliação nacional

Com a incorporação, o PMDB se afirma como o partido de centro que deverá cumprir o papel de ser o principal fiador da abertura.

A incorporação do PP ao PMDB terá consequências irreversíveis sobre o cenário político nacional. Fim do PP — partido considerado estratégico para o avanço do projeto de abertura — direitização ainda maior do PMDB, mudanças importantes na relação do partido liberal de centro com a ditadura e os outros partidos de oposição.

A incorporação foi, antes de tudo, o reencontro do PMDB com a sua "ala direita", recheada por um sem número de políticos adeptos e oportunistas que até recentemente ocupavam postos na ditadura. Ninguém é capaz de apontar algum momento importante na curta vida do partido de Tancredo Neves e Magalhães Pinto no qual este se diferenciou do comportamento político do PMDB. No máximo, diferenças de tom, de superfície.

Assim foi no episódio do Rio-Centro, quando ambos os partidos trataram logo de articular o apoio a Figueiredo e amortecer qualquer manifestação mais veemente pela apuração dos responsáveis pelo terrorismo. O mesmo se deu quando da visita de Aureliano ao parlamento logo após o enfarte de Figueiredo, quando as lideranças dos dois partidos receberam cerimoniosamente o presidente em exercício. Na série sucessiva de episódios que envolveram e envolvem a reforma eleitoral, agiram de forma sempre combinada os dois partidos irmanados pela mesma sorte de interesses eleitorais. E não foi diferente também no episódio da votação do Pacote da Previdência, quando foi negociado com o governo uma versão inossa, acordo depois desrespeitado pela própria ditadura.

Ausência de conflitos programáticos

Não houve igualmente — o que é sintomático — nenhuma reação ideológica ou programática de fundo à incorporação do adesismo pelo PMDB. A esquerda organizada no interior do partido, solidamente entrincheirada na sua visão de construção de uma frente ampla, pluriclassista, saudou com diversos graus de ufanismo, o acontecimento. Já a ala esquerda do partido, que havia brandido recentemente o lema da depuração do partido para obstaculizar a entrada de Jânio no final do ano passado, engoliu envergonhadamente pragas tão ou mais daninhas como o chaguismo.

Assim, os atritos no PMDB que vieram a ocorrer ficaram mais por motivos eleitorais, de disputa de postos à nível regional. Na Paraíba, o deputado federal autêntico do PMDB, Marcondes Gadelha, saiu de armas



Ulisses e Tancredo na Convenção que selou o reencontro

e bagagens para o PDS, alegando incompatibilidade de convivência com a oligarquia de Antônio Mariz, recém incorporada. No Rio de Janeiro, em uma novela que ainda não havia chegado ao seu último capítulo quando do fechamento desta edição, os senadores Nelson Carneiro e Saturnino Braga ameaçam abandonar o PMDB por terem perdido a supremacia regional da máquina partidária para o chaguismo. Em Minas, o senador Itamar Franco, até então candidato peemedebista ao governo do estado, em outra novela interminável, chiou e esperneou pela afirmação incontestável da candidatura de Tancredo Neves. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a resistência coube aos setores do PP inconformados com o fim prematuro do partido.

O fim do PP e o papel do PMDB

Filho direto da abertura, o PP chegou ao final por ver fechado o espaço para cumprir o papel para o qual fora predestinado: o de ser o interlocutor privilegiado, alternativa de composição e até mesmo parceiro do governo no processo de transição da ditadura para a chamada "democracia forte".

Para isso contava com uma composição de quadros capaz de inspirar confiança aos meios militares: pessedistas, udenistas, ex-arenistas, chaguistas e banqueiros, cooptados gradativamente para o PP que chegou a contar com uma bancada de oito senadores e 66 deputados federais.

Partido de natureza estritamente parlamentar, o PP teria necessariamente que conseguir alguma representatividade através de uma sólida votação em 82. Ora, o pacote de novembro ao estabelecer a vinculação total de

votos veio abalar frontalmente as possibilidades do PP na maioria dos estados.

Se o pacote eleitoral de novembro foi o motivo imediato das dissoluções do PP, foram os movimentos no interior do regime, o aprofundamento de sua crise e da sua capacidade de cooptação, que abalaram o chão no qual o PP pretendia construir seu futuro.

Com o fim do PP, com a pequena representação do PTB e do PDT que dificilmente se afirmarão como partidos nacionais, o quadro partidário se delineia de forma mais clara. O PMDB, depositário de toda espécie de dissidências burguesas, tende a se afirmar como partido de centro, bem à direita do PT.

O fato é que entre o PMDB e a ditadura deverá se instaurar de agora em diante uma forte relação de aproximação e de tensão. Se o PMDB depende da continuidade do projeto de abertura para chegar a postos de governo estaduais e alcançar uma boa fatia no colégio eleitoral que escolherá o próximo presidente da República, a continuidade do projeto de abertura depende de que o PMDB se acomode ao curto espaço legal, que se torne cada vez mais moderado e se disponha ao diálogo sem condições quando for necessário. E se esta tem sido a postura inevitável do PMDB nos eventos de maior significação, não há porque duvidar de que com a sua estrutura penetrada pelo adesismo do PP, ela não se torne cada vez mais frequente e desavergonhada. Os limites da conciliação não estarão dados nem por nenhum princípio programático nem pelo peso de sua ala esquerda que vê sua influência reduzida com a incorporação do PP. Serão apenas a necessidade de manter a sua credibilidade enquanto partido de oposição e a sua disposição em ganhar condições mais vantajosas para estabelecer o diálogo da conciliação.

Chaguistas, adesistas, biônicos

Os novos cavaleiros da "democracia"

A incorporação do PP ao PMDB traz de volta à tona uma velha questão: é muito grande a distinção entre os partidos de oposição burguesa e o partido do governo? Só podemos concluir que nem tanto: as mudanças do governo para a oposição (e vice-versa, principalmente no caso de prefeitos) são muito frequentes.

No PMDB já estava (desde o antigo MDB) o senador Paulo Brossard, "revolucionário de 64", secretário de Segurança depois do golpe — portanto, um dos fundadores da atual ditadura. Já estavam também severo Gomes (ministro dos governos Castelo Branco e Geisel), Raphael de Almeida Magalhães (vindo da ARENA, ex-lacerdista), e o senador Teotônio Vilela, eleito pela ARENA em 1974. Já estava também o ex-governador de Goiás, Irapuan Costa, ligado aos órgãos de repressão, de quem se diz que tinha sobre a lareira um retrato de Mussolini.

E isto para ficar apenas nos casos mais notórios de antigas figuras do regime que

passaram para a oposição, sem sofrerem nenhuma grande mudança política.

Com o PP, chegaram ao PMDB mais figuras de destaque do atual regime (e do regime em suas fases mais sombrias): os ex-governadores Sival Guazzelli (do Rio Grande do Sul), Roberto Santos (da Bahia), Alberto Silva (do Piauí), Jaime Canet Jr. (do Paraná), Marcelo Miranda (Mato Grosso do Sul), os biônicos Afonso Camargo (Paraná) e Gastão Muller (Mato Grosso do Sul). E voltam ao PMDB Chagas Freitas e seu grupo, antigo braço do regime no MDB, "o mais arenista dos emedebistas", como gostava de se chamar o governador.

O caso mais interessante ocorreu na Paraíba: a antiga dissidência da ARENA reunida em torno do deputado Antônio Mariz (que estava no PP), constituída desde que este deputado foi preterido na nomeação dos governadores de 1978, chegou ao PMDB. E o deputado Marcondes Gadelha, de uma família de usineiros, mas que foi um dos maiores

expoentes do antigo grupo "autêntico" do MDB, passou para o PDS! Gadelha ainda fez a curiosa declaração de que mudava "de campo, mas não de princípios".

Pensando bem, talvez, tenha razão: afinal, em todas estas mudanças, estas figuras sempre conservaram os seus "princípios".

Tancredo Neves, que conduziu o PP até a incorporação, disse certa vez, quando ainda estava no MDB, que o seu partido não era o mesmo de Arrais e Chico Pinto. Agora, estão os três outra vez no mesmo partido, e todos com destaque na sua direção. Quem está no partido de quem?

A resposta parece ser que o PMDB é mais o partido do "seu" Tancredo do que de qualquer outro. A incorporação não foi uma maneira de se unirem políticos que combatem o regime, e menos ainda um sinal de radicalização no enfrentamento com a ditadura. Foi apenas um método de defender a carreira política de muitos.

Lula fala da
campanha
PT-82:

“Vai ser o peão contra o patrão!”

Já em campanha pelos bairros da periferia de São Paulo, o candidato do PT ao governo paulista analisa aqui a situação do partido às vésperas da sua pré-convenção nacional.

Por Flávio Andrade

Como você avalia a recente incorporação do PP pelo PMDB e que consequências ela pode ter sobre o PT?

— Veja, é como eu tenho repetido: o PT é o único partido efetivamente de oposição real neste país.

Isto agora ficou mais claro ainda com a incorporação, onde então o antigo PMDB se descaracterizou ainda mais. Junto agora com o PP fica mais difícil para o PMDB se dirigir ao trabalhador com alguma mensagem digna de credibilidade. Por outro lado isto só irá fortalecer também ainda mais o PT. Fica mais claro para os eleitores quem é quem no quadro partidário atual. E mais que isso, (veja você que não estamos falando só de fora), há ainda um conjunto significativo de companheiros do PMDB que por esta mesma razão estão se transferindo para o PT, insatisfeitos com a incorporação. É o caso do senador Evandro Carreira no Amazonas, de vários diretórios municipais importantes como por exemplo o de João Monlevade em Minas entre outros, e ainda uma quantidade enorme de vereadores por todo o país. Aqui mesmo em São Bernardo o PT passa a contar agora com dois vereadores.

— Passando para o plano interno do partido, como você vê a situação atual de véspera de deflagração da campanha eleitoral?

— O partido hoje vive efetivamente uma situação de grande efervescência. Muita discussão sobre plataformas, tática eleitoral e candidatos. E muitas reuniões internas, e com o povo, fora também do partido. Isso tudo é muito positivo e só demonstra a força do PT, e o que certamente irá ser a marca de nossa campanha eleitoral: o povo diretamente participando da política, se organizando e lutando contra a situação que aí está.



Nenhum partido está se preparando para as eleições como o PT: realmente de baixo para cima e junto com os setores populares. Nenhum partido jamais fez algo parecido na história deste país. É por isso, veja você, que o PT tem sido e será a grande força política nestas eleições, muito mais do que nós mesmos podemos imaginar hoje aqui.

O PT está se preparando para estas eleições de baixo para cima e junto com o povo.

Nenhum partido jamais fez algo semelhante na história do país.

Agora, há o risco do eleitoralismo, quem sabe o perigo maior agora para o partido. Mas nós estamos atentos para isso. Ainda que os resultados estejam abaixo dos esperados, temos que intensificar a nucleação e a filiação trazendo realmente para dentro do PT a classe trabalhadora cada vez em maior peso. Só ela verdadeiramente decidindo as coisas dentro do partido, só com ela participando e controlando de verdade a campanha é que conseguiremos sair deste ano mais fortes e vitoriosos, e com novas esperanças de luta no rumo que o partido tem se proposto.

Agora, se não tomarmos esta tarefa da nucleação prá valer, se cada diretório e cada militante em todo o país não encarar a sério seu papel nesta organização, então o partido como um todo poderá sair desta campanha debilitado e até mesmo deformado pelo eleitoralismo. Muita gente que eu tenho encontrado por aí tem dito que a meta que propusemos para a filiação e nucleação é um sonho que não vamos alcançar. Mas eu tenho respondido: em dois ou três meses no começo do ano passado nós fizemos mais do que desde a legalização em termos de filiação. Portanto veja, é tudo uma questão do partido encarar

a importância da tarefa e se lançar a ela com a mesma garra que se lançou naquela época. É pegar e trabalhar. É ir para o bairro, para a porta de fábrica, prá onde for possível, e chamar o povo a entrar para o partido. É organizar os já filiados e os novos, em núcleos que de fato tenham peso dentro do partido e comecem efetivamente a participar da sua vida interna e das suas lutas.

Aí é que está a questão. Tem alguns companheiros que parecem que já se contentam com o registro legal e agora não querem mais a massificação do partido. Agora só querem pensar em eleição pura e simples. O que além de ser contrário à proposta de um partido de milhões de trabalhadores, de um partido não eleitoral, é até mesmo uma atitude pouco inteligente. Porque, estamos certos, sem o dinheiro e a máquina dos outros partidos, se não filiar e nuclearmos prá valer, nossa força eleitoral vai vir do quê?

Nós temos que pensar que só na base da euforia nós não vamos muito longe não, como eu disse na pré-convenção aqui de São Paulo. Se queremos sair pro pau, se queremos ganhar e levar, temos verdadeiramente que ser coerentes e nos jogarmos de corpo e alma na filiação e nucleação. Aí é que está a nossa força.

— Pegando agora na questão política, como você avalia a discussão sobre plataforma nacional, tanto a que se deu em São Paulo como no resto do país?

— Eu queria falar justamente sobre isso. Eu não concordo com as críticas que o EM TEMPO fez à plataforma da pré-convenção de São Paulo. Veja, há milhares de companheiros de grande valor dentro do partido que votaram ou votariam naquela plataforma e que tem uma prática exemplar nas lutas sindicais e populares em geral. Companheiros que de forma alguma poderiam ser criticados como reformistas ou qualquer outra coisa do gênero...

— Mas o EM TEMPO não

caracterizou militantes individualmente ou coletivamente; nem mesmo qualificou a direção paulista como reformista enquanto posição e prática política consolidadas. O que criticamos foi a proposta política de plataforma aprovada. Uma plataforma que propõe deixar de lado a luta contra a ditadura e lutar pela construção de “um governo passo a passo”. Isso é inegavelmente uma proposta reformista. Se a aprovação foi consciente ou não; se a prática de vários companheiros vai num rumo diferente, isso não muda a proposta, e a necessidade de criticá-la e de aprovar uma outra coerente com esta prática. No mínimo para não semear confusão e orientar com clareza a grande maioria dos novos militantes que estão ingressando no PT. Agora, a partir da simples aprovação de uma resolução política que ainda vai a debate a nível nacional, não se pode caracterizar uma direção ou companheiros como reformistas. Mas isso, veja bem, o EM TEMPO não fez. Seria um sectarismo alheio a toda a nossa tradição desde o surgimento do PT.

Se não nos jogarmos de corpo e alma na filiação e nucleação o partido não vai ter como ganhar, e ainda correrá o grave risco de sair desta campanha deformado pelo eleitoralismo.

Pelo contrário o que nós mesmos insistimos naquela edição é que a proposta de plataforma estava em contradição não apenas com os documentos históricos do partido mas, principalmente de modo flagrante, até mesmo com a prática e discursos de vários companheiros, entre eles, especialmente você. E particularmente naquela pré-convenção mesma, quando ao discursar você enfatizou a necessidade de não se confundir governo com poder e a necessidade de uma

luta muito mais séria e profunda para a conquista do poder.

— Não, mas veja, a prática é que é o fundamental. Não adianta nada a gente propor as melhores plataformas do mundo sentados numa mesa de bar tomando cachaça. O que importa realmente é a prática do companheiro, é o trabalho que ele desempenha. Pode ser que houve pouca discussão desta questão nos diretórios municipais e que assim o material que as bases lançaram para a direção estadual elaborar a plataforma foi insuficiente. Nós ainda vamos ter que passar por várias experiências deste tipo até que atinjamos a plataforma ideal, para que o conjunto do partido esteja realmente participando com profundidade da plataforma que todos queremos, e assumindo-a de verdade na prática.

O EM TEMPO tem o direito de achar a proposta paulista de plataforma, quem sabe, um pouco amena. Mas eu não concordo com as críticas que vocês fizeram: dentro do partido as críticas tem que ser construtivas.

Neste sentido eu acho que por exemplo nós da direção nacional estaremos agora com uma tarefa muito mais fácil que o pessoal de São Paulo. Nós teremos condições de examinarmos todas as plataformas surgidas nos vários estados e a partir daí elaborar aquela que melhor corresponde à realidade do partido. Há plataformas mais para a esquerda, há outras menos à esquerda. O EM TEMPO tem o direito de achar a de São Paulo, quem sabe, um pouco amena. Mas enfim o que eu acho que é a nível nacional nós teremos agora a chance de propor uma plataforma que eu te garanto será aprovada por consenso na pré-convenção.

Outro problema que eu achei é que as críticas tem que ser cons-

trutivas, e a cobertura de vocês não está nem um pouco. O que um companheiro que está chegando perto do partido mas ainda não é militante vai achar pegando o jornal? Por isso mesmo eu até cheguei a dizer para alguns companheiros da direção de São Paulo que exigissem junto a vocês um espaço para responder às críticas.

— Olha, nesta questão aí tem que ficar claro o seguinte: **OEM TEMPO** não é um jornal para fazer campanha de filiação de ninguém, muito menos do PT. Nem é um jornal para fazer agitação na massa. Cada vez mais vem se tornando um jornal que desde uma determinada posição — dentre as várias que existem dentro do partido — acompanha a vida interna, a construção e as lutas do PT. Acompanha, analisa, debate, propõe, etc, mas não para a massa e muito menos em nome do PT, e sim para o conjunto dos militantes do PT com vistas a contribuir na construção do partido.

Eu não sei como o PT irá se definir frente à questão da tomada do poder. Mas de uma coisa eu sei: votação sem sustentação é enganação, mais uma vez.

Nesse plano, as discussões tem que ser francas e claras. E as críticas tem que ser precisas, o que não quer dizer que elas sejam destrutivas. E foi isso que fizemos: uma crítica clara, precisa, dando nome às coisas. Por isso mesmo é que ela é construtiva, pois ela alerta para os problemas e não os disfarça ou esconde. Além disso, justamente porque o PT é um partido de massas é que estas discussões devem ser abertas a todos os militantes que se interessem. E por fim, o **EM TEMPO** sempre esteve e estará aberto a quem nele quiser escrever, principalmente se se tratar de responder a algo que saiu publicado em alguma edição nossa. A direção paulista sabe que é só mandar que a gente publica. O que tem nos marcado sempre foi a abertura e até mesmo a insistência para que as várias posições dentro do partido escrevam, dêem entrevistas etc, e nunca o corte ou censura de matérias e declarações.

— Olha, se nós ficarmos discutindo entre nós, vamos talvez ocupar o jornal inteiro e não vamos chegar a nada. Eu acho que os companheiros de São Paulo é que terão de responder ao **EM TEMPO**.

— Pegando então pelo seu lado. A Carta Eleitoral aprovada pelo Diretório Nacional apresenta alguns elementos de plataforma. E aí, se ela coloca a questão do poder, no entanto, não chega a dar uma resposta política concreta ao problema. Como você acha que o partido deve se posicionar quanto ao poder?

— Veja, você já sabe que eu como presidente do partido não irei me manifestar sobre a questão da tomada do poder antes que o PT como partido se defina. Eu acho que não fica bem para o debate interno eu tomar posição a favor disso e contra aquilo. Isso eu já disse várias

vezes e volto a repetir toda vez que entrarmos neste assunto.

Mas de uma coisa eu estou certo e insisto: é da maior importância para o PT, é da maior importância para a classe trabalhadora brasileira, é fundamental nesta discussão toda, deixar claro para o povo que nestas eleições o poder não está em questão. Que a verdadeira questão do poder é uma coisa muito mais séria para a classe trabalhadora, e que ela deve é justamente se preparar para isso aproveitando agora as eleições como forma de organização e conscientização.

O PT não pode de forma alguma deixar que sua campanha eleitoral leve para o povo a idéia falsa de que a maior coisa do mundo é a pessoa ir lá num dia determinado e colocar seu voto na urna. Isso é uma ilusão que é dever fundamental do partido combater. Se não, sabe, é a velha história de sempre. Na hora decisiva os militares resolvem, e acabou a festa: e para o povo o que fica então é só decepção e frustração. É preciso ficar claro: votação sem sustentação é enganação, mais uma vez.

Eu acho que o voto é importante, mas como uma etapa do crescimento do partido e da classe trabalhadora em busca efetivamente do poder. Num dado momento, veja, quem sabe o voto pode ser até muito importante, o resultado da eleição pode ser muito importante de fato para a classe trabalhadora; mas só servirá efetivamente se houver uma força organizada para sustentar e garantir o resultado da eleição. Isso então é que é o importante de deixar claro nesta discussão toda.

Agora, qual a resposta do partido à questão do poder? Ela vai ser aquela que o conjunto do partido encontrar como a melhor nesta pré-convenção que vamos fazer. Mas de uma coisa estejam certos: o PT não acredita — eu pelo menos não acredito; há quem acredite — que no Brasil a classe trabalhadora vá chegar ao poder pelo voto puro e simples.

— De volta no plano estadual, no que você pensa centrar a campanha para o governo?

— A plataforma estadual só agora começa a ser debatida. Portanto ainda não tenho a campanha definida. Mas, por coerência, temos que antes de mais nada ver que o governo do estado não é o poder. Não podemos nos iludir com isso e sair por aí com promessas milagrosas que sabemos, o partido não poderá realizar se ganhar.

Agora, o que eu acho — e tenho dito para muitos companheiros — é que a tônica da nossa campanha aqui em São Paulo deve ser a profunda e gritante diferença de classe que existe neste país: é peão X patrão! Nossa campanha tem que ser isso, os humildes contra os privilegiados, os camponeses contra os latifundiários, os trabalhadores contra os patrões, enfim, os explorados contra os exploradores. Temos que levar ao povo, aos milhões e milhões que são a maioria dos brasileiros, a consciência de que eles são uma classe social distinta. O povo descobrindo a que classe pertence, se sentindo enquanto classe, e se organizando como classe.

Pré-convenção nacional

A pauta, os critérios de participação e as regras de organização do encontro petista de todo o Brasil. Aqui, a circular da Secretaria Geral convocando a pré-convenção nacional para os dias 27 e 28 próximos em São Paulo.

Companheiros,
A Comissão Política da Executiva Nacional reuniu-se em São Paulo no último dia 27 de fevereiro e decidiu encaminhar ao Partido as orientações e resoluções constantes desta circular. Estiveram presentes à reunião os companheiros Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar, Aírton Soares (integrantes da Comissão Política) e ainda Apolônio de Carvalho e Francisco Welfort.

1. Fica convocada reunião da Executiva Nacional para 25 de março, às 9 horas, na Assembléia Legislativa, em São Paulo. Já é possível antecipar que entre os pontos de pauta haverá discussão do anteprojeto de Plataforma Nacional a ser apresentado ao Encontro Nacional, a questão da renovação anual dos Diretórios ou prorrogação de mandatos, a preparação da reunião do Diretório Nacional e do próprio Encontro Nacional, o documento sobre Economia atualmente em conclusão pelo Grupo de Trabalho, relato de Lula sobre a viagem à América do Norte, constituição do Instituto Wilson de Souza Pinheiro, informe sobre o trabalho das Secretarias Nacionais etc.

2. Sobre o Encontro Nacional e a reunião do Diretório Nacional, fica definido que serão realizados no Instituto Sedes Sapientiae, à rua Ministro Godoy, 1484, no bairro Perdizes (SP). A reunião do Diretório terá início às 9 horas do dia 26 de março e a pauta será aproximadamente a mesma da Executiva Nacional. O Encontro Nacional será aberto às 9

horas do dia 27 de março e terminará às 18 horas do dia 28. Fica recomendado expressamente que, em hipótese alguma, os companheiros delegados poderão marcar retorno a seus Estados antes desse horário de encerramento.

3. Atendendo à argumentação de algumas Regionais no sentido de que os Estatutos do Partido prevalecem sobre deliberação regimental acerca dos delegados ao Encontro Nacional, fica estabelecido que serão delegados natos ao Encontro Nacional todos os membros do Diretório Nacional. Nenhum delegado terá voto cumulativo.

4. Atendida a proporcionalidade de um delegado para cada mil filiados, cada delegação deverá trazer declaração assinada pela Executiva Regional, atestando sobre o número de filiados no Estado e anexando comprovação do Tribunal Eleitoral. São delegados natos ao Encontro os Delegados Oficiais à Convenção Nacional (2 por Estado). Os Estados onde o PT ainda não se legalizou terão direito a apenas um delegado além dos escolhidos seguindo a proporcionalidade 1 x 1.000. Até o dia 17 de março deverá chegar à sede do PT em São Paulo a relação dos delegados de cada Estado.

5. As Plataformas aprovadas nos Encontros Regionais ou os anteprojetos dos Estados onde ainda não houve aprovação definitiva deverão chegar à sede do Partido em São Paulo até o dia 12 de março. Com base nela a Comissão de Organização da Executiva Nacional elaborará um antepro-

jeto de Plataforma Nacional para discussão e aprovação na Executiva, no Diretório e no Encontro Nacional.

6. Contribuições sobre a Carta Eleitoral encaminhada pelo Diretório Nacional após reunião de 29 e 30 de janeiro pp, como base para elaboração de texto definitivo no Encontro Nacional, deverão chegar à sede do PT em São Paulo até o dia 12 de março.

7. Na semana anterior ao Encontro Nacional será remetido aos Estados o Regulamento Interno do mesmo.

8. As despesas com viagem dos membros do Diretório Nacional e demais delegados ao Encontro Nacional ficarão por conta de cada Regional. Cada delegado deverá contribuir com Cr\$ 3.000,00 para as despesas de alojamento, deslocamento dentro de São Paulo, impressos, organização etc, a serem pagos no credenciamento, que terá início às 8 horas do dia 27. Os delegados de São Paulo deverão contribuir com Cr\$ 5.000,00, uma vez que não terão despesas com viagens (Cr\$ 2.000,00 é o preço da passagem dos Estados mais próximos).

Fica a critério de cada Regional decidir sobre a forma de deslocamento e se a taxa de Cr\$ 3.000,00 e despesas com passagens correrão por sua conta ou se cada delegado arcará com os próprios gastos.

PT SAUDAÇÕES!
JACÓ BITTAR
SECRETÁRIO GERAL.

RIO

A campanha em duas fases

Na sua última reunião o Diretório Regional do PT/RJ delineou as primeiras idéias para a campanha eleitoral.

A idéia central que vai orientar a atuação do PT nas eleições e a máxima democratização da campanha, tanto internamente ao partido, como externamente, isto é, na relação do PT com as entidades e o movimento operário-popular.

Segundo Vladimir Palmeira, candidato a senador, a campanha vai se desdobrar em duas fases. O primeiro momento é o da constituição dos comitês unitários e de um intenso processo de discussão interna dos candidatos e as bases organizadas do partido em todo o estado. Os candidatos majoritários vão discutir com os diretórios e núcleos as formas de lançamento da campanha em cada região bem como a concretização do pro-

grama e plataformas do PT, levando em conta as condições locais. "O objetivo é que, a partir das deliberações das plenárias do PT, se democratize a campanha, assegurando uma participação central das bases do partido na sua condução, em todos os momentos".

Ao lado deste processo, o PT vai buscar, desde o início, uma relação com as entidades de massa no sentido de fortalecer suas reivindicações e de lutar por sua autonomia. O PT vai se comprometer publicamente, e desafiar os demais partidos a assumir idêntico compromisso, para que o controle das decisões de governo esteja nas mãos do povo trabalhador, seja através de formas como plebiscitos (sobre os gastos públicos numa região, por exemplo) seja através das suas próprias entidades representativas.

A segunda fase da campanha já terá como característica a rea-

lização de manifestações de peso, mais generalizadas, retirando os frutos de um primeiro momento de acumulação e trabalho mais localizado. Será o momento, então, de grandes manifestações de rua, quando as massas já estarão, também, amplamente atentas para a questão eleitoral. E aí, também, a campanha do PT terá uma marca própria característica de um partido dos trabalhadores. Pois o PT não vai reproduzir os tradicionais e desmobilizadores comícios políticos. Ao contrário, vai combinar a agitação de suas bandeiras de luta com mobilizações visando obter conquistas, vai buscar no processo eleitoral mobilizar os trabalhadores para avançar suas lutas.

O PT não quer a substituição das lutas pelo voto, mas sim utilizar o espaço eleitoral para avançar a marcha do movimento de massas. O voto será um resultado.

(da sucursal)



A proposta mineira de "Sem liberdade a Pelo fim da

A pré-convenção mineira será realizada agora nos dias 20 e 21 próximos. Enquanto isso as discussões sobre tática eleitoral e plataformas se desenvolvem na Comissão Executiva e grupos de trabalho designados para preparação de pontos específicos. No último fim de semana, numa reunião da Executiva ampliada com alguns membros do Diretório Regional, aprovou-se finalmente propos-

ta de plataforma nacional que será submetida à pré-convenção.

A proposta é precedida de uma introdução onde se afirma o caráter do partido e o papel destas eleições. Em seguida, 13 pontos de plataforma dão o corpo do texto.

Esboçada na mesma forma didática de apresentação da proposta paulista e fluminense, a versão dos mineiros no

entanto é mais completa nos temas tratados.

Quanto ao seu conteúdo, situa-se no campo oposto ao do reformismo (como o surgido em São Paulo), coloca a questão da luta contra a ditadura (como os fluminenses) e, indo mais além da mera colocação, propõe (como os gaúchos) uma alternativa de poder na luta contra a ditadura: a Constituinte e o Governo dos

Trabalhadores. Por fim, (novamente como os gaúchos), traz para dentro da plataforma as lutas da CONCLAT, em particular a CUT e a Greve Geral.

Os mineiros, como se vê, beneficiaram-se assim do fato de terem sua plataforma elaborada sobre as contribuições anteriores das demais pré-convenções, o que resultou num texto mais amplo, coerente e profundo. Aqui, um apanhado sumário da proposta.

PT: nossa vez, nossa voz

Pela primeira vez na história recente do país, nós, trabalhadores, podemos votar em um partido formado por trabalhadores (...). **Sempre soubemos que não é através destas eleições que derrotaremos o poder dos generais e dos patrões.** Sempre acreditamos que a única força capaz de se opor ao sistema é a organização independente dos trabalhadores, nossa consciência e nossa vontade firme de resistir à exploração e à ditadura (...)

Política no Brasil tornou-se sinônimo de politicagem. Roubo, corrupção e imoralismo são o seu pão de cada dia. Ficar rico no governo é uma regra, comprar pessoas e consciências um sinal

de competência e enganar o povo uma qualidade necessária para chegar e permanecer no poder.

Nós trabalhadores não acreditamos mais nesta política. Esta é a política dos patrões, a política cujo objetivo é jogar areia nos olhos do povo (...)

Um partido para os 365 dias do ano.

O PT existe como resultado das lutas dos trabalhadores. Crescemos impulsionados por estas lutas ao mesmo tempo em que as impulsionamos. O PT não existe nem vai existir apenas em épocas de eleições. Nem vamos nos esconder em Câmaras e Assembleias. Somos um partido para os 365 dias do ano (...)

Somos um partido de luta e não de acertos atrás dos panos.

Trabalhador vota em trabalhador — ganhar as eleições é votar no PT

Para nós do PT não basta que alguém se declare de oposição. Há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a criamos. A casa-grande do latifundiário não é o barraco do lavrador. A refeição do industrial não é o grude do peão. O lucro do banqueiro não é o salário do bancário (...). Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente?

Para nós a luta pelas liberdades políticas não se separa da luta

pela liberdade econômica e social (...)

Figurão não é a solução — vote no peão

(...) Agora querem nos dar outras soluções mágicas dizendo que fulano ou sicrano tem a saída. Não adianta; um figurão por outro não melhora a situação do trabalhador. Sempre dão um jeito de sair ganhando nas nossas costas. Não queremos mais ninguém falando por nós. O trabalhador pode e deve chegar ao governo e ao poder. A solução para nós, só nós mesmo podemos dar (...)

O PT é você

O PT é um partido dos

trabalhadores e não para os trabalhadores. Ninguém o criou para nós, nenhum iluminado, nenhum "pai dos pobres" (...)

No PT a direção tem que cumprir a vontade das bases, que tem em suas mãos o controle do partido. No PT os trabalhadores não apenas assistem e aplaudem, carregando seus patrões nas costas. Entre nós cada trabalhador é um homem que sente, pensa e age, e não apenas um voto caindo na urna. Nossos vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores não tratarão os trabalhadores de cima para baixo, de terno e gravata em salões perfumados (...) Serão como um de nós, assim como o PT é de todos nós.

1. Num país tão rico é possível acabar com a fome

O Brasil é um dos maiores e mais ricos países do mundo (...)

Mas será que aqui a comida está sobrando?

Nosso povo está bem alimentado?

No Brasil, todo mundo come?

Não! — Apesar de tudo, nosso povo passa fome (...)

Por que isso acontece?

Isso acontece por causa da carestia, do arrocho e do desemprego. Porque o governo não quer acabar com a fome. A terra está com os latifundiários e a indústria orientada para a produção do lucro. O atravessador compra barato e vende caro. Por isso o lavrador passa fome e o trabalhador, na cidade, também não come direito.

Esta situação pode acabar, a miséria não é sina não.

Como acabar com ela?

Basta que o povo se organize e crie um governo seu, disposto a ferir a ganância dos tubarões e dos atravessadores, para atender as necessidades do povo trabalhador.

O PT tem propostas claras para acabar com a fome, propostas que só vão vingar se também for feita uma reforma agrária profunda:

* Controle rigoroso dos preços dos alimentos, com o fim da especulação dos atravessadores; * Criação de uma secretaria de abastecimento para fazer com que o produtor receba exatamente o que for pago pelo consumidor; * Criação pelo estado de um cestão de alimentos básicos, com postos de venda volantes, a preço de custo. Esses alimentos devem ser estocados em armazéns do Estado. E o povo deve ter o controle sobre a estocagem e sobre a distribuição; * Garantia de 1 litro de leite para toda criança até 1 ano de idade e para todas as

gestantes. Merenda escolar e alimento para todo trabalhador em seu local de trabalho. Controle popular sobre a distribuição desses alimentos.

2. Não é por falta de chão e tijolo que o trabalhador não tem onde morar

Não é possível tantas favelas, tantos desabrigados. Não é possível que os trabalhadores continuem gastando tempo e tanto dinheiro em um transporte tão precário. São inadiáveis medidas enérgicas para resolver esta situação (...)

O PT propõe uma completa reforma urbana, que acabe com a grande propriedade imobiliária, que liquide com a especulação e que dê a todos condições de morar direito:

* Reforma urbana, loteamentos populares decentes; * Garantia da posse da terra a quem nela mora e urbanização sob controle popular; * Congelamento dos aluguéis; * Amplo programa de construção de casas para os trabalhadores; produção de materiais de construção padronizados e a preços acessíveis; * Congelamento das prestações do BNH para os assalariados; * Investimentos massivos em obras de saneamento básico e urbanização; * Estatização do transporte urbano; transporte coletivo barato e de boa qualidade.

3. No Brasil há pouca saúde e muito lucro com a doença

O Brasil é um país doente, a grande maioria de sua população vive em péssimas condições de saúde (...)

Tudo isso tem que ser enfrentado em bloco. E a solução começa com o fim do lucro dos que exploram a doença do povo: as clínicas, os hospitais, a indústria de remédios e a indústria

de equipamentos hospitalares têm de estar nas mãos do Estado (...)

* Atendimento médico público e gratuito * Estatização da indústria de remédios e equipamentos médico-hospitalares; * Fim do Pacote da Previdência; * Salário integral para pensionistas e aposentados.

4. Educação é um direito e não um privilégio

Aos patrões interessa a ignorância do trabalhador. Por isso o governo investe mais em armas do que em educação.

Além disso, é preciso por fim no grande negócio em que se tornou a educação as escolas não podem ser fonte de lucro para ninguém (...)

Sem educação não é possível falar em desenvolvimento e libertação do povo.

Este é um problema fundamental no Brasil, que ao PT interessa resolver, com as seguintes medidas:

* Mais verbas para a educação — pelo menos 12% do orçamento nacional; * Erradicação do analfabetismo através de uma mobilização a nível nacional; * Ensino público e gratuito a todos os níveis; * Creches e material escolar para os filhos dos trabalhadores; * Estatização das escolas particulares; * Controle popular sobre o ensino e as escolas.

5. Trabalhadores do campo: terra e salários decentes

A transformação profunda da atual estrutura agrária do país é uma questão que interessa não só aos trabalhadores do campo mas a todo o povo brasileiro. É a única forma de conseguir a elevação da produção agrícola e de baratear os custos dos alimentos para os trabalhadores urbanos (...)

* Reforma do Estatuto da Terra e reconhecimento do parceiro e do volante como trabalhador rural; * Reforma agrária ampla, massiva e sob controle dos trabalhadores; * Terra para quem nela trabalha; * Eliminação do comércio atravessador, assistência técnica e crédito subsidiado aos camponeses, garantia de preços mínimos; * Aumento geral dos salários rurais e extensão das conquistas trabalhistas ao campo.

6. Nem só de pão vive o homem: em tudo, a vida tem de melhorar

Todo homem precisa comer, morar, vestir, ter saúde e se educar.

Mas viver não é só isso. Viver é ter alegria, é estar satisfeitos; também fazem parte da vida o lazer, as artes e manifestações culturais, o meio ambiente da cidade e do país e as próprias relações entre os homens.

Em todos esses campos os problemas são graves no Brasil (...)

O PT luta ao lado de todos os oprimidos, para que a vida do homem seja mais feliz e mais plena em todos os sentidos!

* Defesa da fauna e da flora. Contra a devastação do meio ambiente; * Legislação e fiscalização rigorosa contra a poluição pelas indústrias; * Contra a instalação de usinas atômicas e proibição de suas atividades; * Fim de toda discriminação social, racial e sexual; * Desenvolvimento da cultura e das artes. Defesa dos valores culturais do povo * Lazer para todos. Garantia de efetivo gozo de férias; * Defesa dos direitos da mulher.

7. Não é com arrocho no povo que se vence a crise econômica

Hoje em dia, é comum o governo e os patrões

Plataforma Nacional "vida não vai mudar: ditadura militar!"



dizerem que problemas como desemprego, carestia, queda da produção e deficiência dos serviços públicos, são culpa da "crise econômica" (...)

De onde vem a crise?

A crise vem da política do governo, do compromisso dele com o lucro dos patrões. Vem da dependência do capital estrangeiro, da especulação financeira, da dívida externa, da concentração da riqueza nas mãos de poucos e da miséria da maioria. A crise vem, acima de tudo, do próprio sistema econômico de exploração que existe em nosso país, que é o capitalismo.

É por isso que o PT afirma que para solucionar a crise, no interesse dos trabalhadores é indispensável uma transformação radical na ordem econômica vigente. Mas desde já, o PT propõe que os prejuízos com a crise caiam em cima do lucro dos patrões e não sobre os ombros dos trabalhadores.

* Aumento geral de salários, reajustes trimestrais, congelamento de preços; * Estabili-

dade no emprego e salário-desemprego; * Redução da jornada de trabalho sem redução do salário; * Plano de obras públicas; mais serviços públicos que beneficiem o povo e dêem emprego; * Cancelamento da dívida externa, nacionalização do comércio exterior; * Estatização dos bancos e das grandes empresas nacionais e estrangeiras.

8. País independente não deixa explorar sua gente

As empresas estrangeiras, chamadas multinacionais, dominam quase tudo de lucrativo que existe no Brasil: as indústrias, as grandes fazendas, o comércio, os bancos, as jazidas minerais.

Os patrões estrangeiros são sócios dos tubarões brasileiros e, juntos, exploram o povo e sustentam o governo. A ditadura militar brasileira é a garantia de todos eles (...)

O PT propõe o fim dessa pilhagem, de toda interferência imperialista em nosso país:

* Cancelamento da dívida externa; * Nacionalização dos grandes monopólios estrangeiros; * Fim da interferência imperialista; * Política externa independente e não alinhada; * Estatização do comércio exterior; * Solidariedade às lutas dos trabalhadores de todos os países; * Solidariedade às lutas dos povos por sua libertação; * Nacionalização das terras das multinacionais, prioridade para a reforma agrária nestas terras.

9. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão

Os patrões não se contentam com o lucro, que é o resultado da exploração dos trabalhadores. Os patrões roubam do povo, sob as vistas grossas do governo, que também leva o seu.

Os burocratas do governo não se contentam com seus salários astronômicos e partem para a mordomia e a roubalheira (...)

Um governo do PT vai acabar com tudo isso, apurar a corrupção e colocar os ladrões atrás das grades.

Com o PT o dinheiro do povo é para servir ao povo.

* Fim da corrupção e das mordomias, apuração e punição da roubalheira; * Contratação por concurso público, sem exceção; * Fim da nomeação de prefeitos, eleições diretas para as prefeituras; * Eleição dos dirigentes das empresas estatais; * Administração dos fundos dos trabalhadores, especialmente o INPS, sob controle dos próprios trabalhadores; * Contratação de obras apenas por interesse social e não para atender a empresários e burocratas corruptos.

10. Sem liberdade a vida não vai mudar: pelo fim da ditadura militar

Figueiredo jurou fazer deste país uma democracia. Mas jurou em falso, pois seu governo de "abertura" continua massacrando camponeses, espancando e matando operários, intervindo em sindicatos, baixando "pacotões" e aplicando a Lei de Segurança Nacional.

Seu governo é ainda uma ditadura militar que vive para garantir o arrocho sobre os trabalhadores e o lucro desenfreado para as multinacionais e os tubarões brasileiros.

O pouco de abertura que temos foi resultado da pressão do movimento popular (...)

É preciso conquistar a verdadeira liberdade. O PT luta por essa verdadeira liberdade.

* Fim das leis e órgãos repressivos; * Liberdade de organização e expressão, controle do rádio e da tv pelo povo organizado; * Eleições livres e diretas em todos os níveis, sem restrição a qualquer candidatura, com direito de voto, filiação partidária a todos, civis, militares e analfabetos; * Fim da ditadura militar; * Constituinte livre, soberana e democrática.

11. Central Única dos Trabalhadores: uma luta de todos nós

Só quando os trabalhadores mexem é que alguma coisa muda em seu favor.

Basta lembrar que só com a retomada das grandes greves, a partir de 1979, é que se conseguiu furar a política do arrocho salarial e arrancar aumentos maiores que os aumentos determinados pelo Governo (...)

Por entenderem essa necessidade, os trabalhadores, reunidos na I Conclat, resolveram criar uma Central Única dos Trabalhadores — CUT, uma organização independente dos trabalhadores (...)

Junto com a idéia de criar a CUT veio outra: a de que todos, ao mesmo tempo, lutemos contra a ditadura e os patrões, utilizando a grande arma dos trabalhadores que é a greve.

A GREVE GERAL NACIONAL é a única arma eficiente que os trabalhadores podem utilizar para evitar que os patrões e o governo joguem sobre nossos ombros todo o peso da crise econômica (...)

No governo o PT aprofundará este trabalho, acionará todos os instrumentos possíveis para isso. Mas mesmo aí, defenderá intransigentemente a independência dos sindicatos frente ao governo e aos partidos.

* Construção da CUT independente e pela base; * Greve Geral Nacional; * Autonomia dos sindicatos frente aos patrões, ao governo e aos partidos políticos.

12. Bom governo só pode ser com o povo no poder

A economia e a administração pública devem estar a serviço do povo.

Mas esse objetivo não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isso só fortaleceria o poder dos tecnocratas e burocratas do governo. O PT propõe e só acredita na mobilização de todos os trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular (...)

Para se chegar a isto não basta votar de quatro em quatro anos (...). O PT é a favor de todas as eleições; elas são muito importantes. Mas o PT quer mais, muito mais: quer o povo no poder.

Ou seja, o PT luta para que o poder se exerça de baixo para cima, com o povo organizado diretamente no poder.

O PT luta por um governo dos trabalhadores:

* Controle popular direto sobre as atividades essenciais da vida social; * Organização popular nas fábricas, bairros, escolas, fazendas e administração pública; * Poder de baixo para cima; * Governo dos Trabalhadores.

13. Só o socialismo poderá resolver de vez os nossos problemas.

Desde sua fundação o PT se propõe lutar por uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

E que sociedade é esta, senão uma sociedade socialista? (...)

Uma sociedade socialista é aquela em que todos os homens são valorizados pelo seu trabalho efetivo e onde nenhum homem tem o direito de explorar o trabalho de outro. É uma sociedade em que cada um e todos podem ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

Por isso o PT luta pela construção de um Brasil socialista (...)

Jornal do PT

O "zero" será no encontro nacional

É o que anuncia Perseu Abramo,
o editor do

Jornal dos Trabalhadores

Por Flávio Andrade

Os delegados petistas de todo o país que vierem a São Paulo para a pré-convenção nacional do partido nos dias 27 e 28 de março próximo terão o privilégio de serem os primeiros leitores do **Jornal dos Trabalhadores**. O órgão, afirma o editor Perseu Abramo, cujo conselho editorial é o próprio Diretório Nacional do PT, terá o lançamento de seu número experimental já nesta pré-convenção.

Segundo Perseu, o desempenho da campanha de bônus lançada no final do ano ainda é fraca, "aquém do esperado". Depois da renovação da cobrança, na última reunião do Diretório Nacional, ela melhorou um pouco; mas no caixa mesmo, o que entrou até agora não é mais do que 5% (cinco por cento) do total programado de Cr\$ 40 milhões (10 mil bônus a Cr\$ 4 mil cada). Por isso, o experimental sairá apenas com 8 páginas, numa tiragem mais baixa (cerca de 20 mil) ainda sem uma equipe profissional e não contando por enquanto com sede própria. Mas as características básicas do projeto se mantêm, insiste Perseu, talvez vindo a sofrer apenas alguma redução na sua estrutura de custos. Já no número experimental haverá distribuição nacional em bancas, a um preço de capa de Cr\$ 50,00 enquanto que para a venda direta ainda se estuda a melhor solução em termos de preço e esquema de funcionamento.

O importante, arremata o editor, é lançar já o jornal e a partir daí intensificar a campanha tendo em mãos o produto a oferecer.

O lançamento do jornal agora, quaisquer que sejam as condições, é em si mais uma vitória na construção do PT. Um

jornal da direção certamente contribuirá para a unificação do partido a nível nacional, para a sua politização e para o seu crescimento junto à classe trabalhadora e ao povo em geral. Mas, cinco meses depois de sua aprovação pela primeira reunião do Diretório Nacional em outubro do ano passado, o surgimento do jornal suscita algumas questões importantes de serem debatidas.

O projeto aprovado dá a largada inicial questionado em algumas de suas características básicas: um desempenho tão débil na campanha de bônus certamente não será uma questão menos para os seus rumos.

Uma vitória a mais na construção do partido; um órgão nacional da direção do PT, voltado para as massas trabalhadoras.

O projeto, a nosso ver, vive uma redefinição, ainda que por enquanto apenas empiricamente. E por isso mesmo, sem extrair desta primeira experiência todas as consequências para a superação das dificuldades e incorreções.

A próxima reunião do Diretório e a própria pré-convenção nacional não podem portanto deixar de ser um momento oportuno para uma reavaliação, para redefinições e por isso mesmo para se estabelecer um compromisso efetivamente profundo do conjunto do partido com o seu órgão oficial nascente.

Antes de mais nada é preciso que nas



discussões não volte a aparecer o ingênuo porém tentador — e desmobilizador — argumento de que o projeto é autosustentável. Os bônus não se venderam sozinhos, demonstraram o irrealismo da campanha face ao esforço militante e capacidade financeira dos petistas e, igualmente, a campanha de assinaturas que venha a ocupar seu lugar, tampouco andará sem uma profunda militância do partido a seu favor. O que resta, as bancas, sempre foram e serão um expediente comercialmente deficitário para um jornal. Impõe-se assim, comprovadamente, pensar agora um jornal nivelado à capacidade militante do partido.

Mas isso não é apenas um problema administrativo. Ao se passar de um suposto jornalão autosustentável para o jornal militante possível, uma série de consequências se desdobram para que a militância realmente o assuma. Do contrário, na trilha de sucessivas correções apenas empíricas, corre-se o risco de em pouco tempo, não termos nem autosustentação nem sustentação militante e, por consequência, o PT acabar no vexame de ter que parar o seu jornal por falta de recursos.

Em primeiro lugar a questão do preço. Os Cr\$ 50,00 atuais, provavelmente — em função da inflação nos últimos cinco meses — logo reajustados são uma barreira à difusão massiva do jornal junto aos trabalhadores nos bairros, portas de fábrica, campos etc. Para baixá-lo, por exemplo, dentre outras coisas, pode-se aceitar o tamanho de 8 páginas como bom no momento e investir-se os recursos que se arrecadar não na ampliação como inicialmente proposta, mas no subsídio ao preço de capa.

O mesmo pode-se dizer em relação à profissionalização e montagem de uma infra-estrutura empresarial. Os recursos que a nova campanha gerar devem ser investidos privilegiadamente aí, dentro das dimensões inicialmente projetadas, ou também no barateamento do preço, especialmente no custo de compra para os diretórios que irão vender diretamente o jornal junto à massa.

Noutro nível a questão da participação das regionais. Para que o conjunto do partido assuma de fato o jornal, sustente e utilize-o, é preciso mecanismos efetivos de participação. Participação no conjunto dos rumos do jornal e participação com um noticiário de sua própria região, até mesmo com a possibilidade de uma página regionalizada. Esta questão da relação das regionais com o centro do jornal ainda está obscura e pode-se mesmo avaliar que parte do fracasso generalizado na campanha de bônus decorre desta lacuna.

Enfim, há toda uma série de questões do projeto inicial que agora são claramente colocadas na ordem do dia pelo resultado da campanha inicial. Por isso mesmo, se a largada do primeiro número é uma vitória, ela deve ensejar esta discussão para sua própria consolidação.

EM TEMPO: nosso espaço e papel dentro da imprensa "petista"

Do lado da imprensa alternativa simpática ao PT a disposição geral é favorável ao jornal do partido. O **Povão** recentemente lançou sua última edição declarando a abertura de seu espaço e redirecionamento de seu esforço para o jornal do partido. O manifesto do encerramento propõe várias linhas de discussão sobre o projeto atualmente em implantação, muitas das quais no mesmo rumo aqui apontado por nós.

Já o **Companheiro** está fora de circulação desde o final do ano. Sofrendo uma forte crise econômica, mas sobretudo vivendo um momento de impasse nas suas definições sobre a construção mesma do PT e seu caráter como partido ou frente, parte da equipe contudo aposta no jornal do PT. Já quanto aos destinos do próprio **Companheiro**: ou a continuidade ou sua transformação num jornal mais voltado para a vanguarda.

Do nosso lado, as definições fundamentais sobre a construção do PT e a importância capital que aí tem um jornal da direção continuam inabaláveis desde o início de toda esta discussão dentro do partido. E, por consequência, igualmente, nossa disposição de colocarmos nossos modestos recursos e experiências a serviço do partido.

Não foi outra a razão pela qual, além de termos sido o primeiro jornal a levantar a bandeira do órgão do PT, investimos na elaboração de um projeto que igualmente foi apreciado, ainda derrotado, na reunião do Diretório Nacional do ano passado que votou o jornal do partido. Um projeto bastante

diferente do que foi aprovado naquela oportunidade, numa discussão que nos pareceu sem a profundidade necessária. Mas um projeto que, à luz dos recuos empíricos que o encaminhamento que o jornal do partido vem mostrando, comprova o acerto de suas características básicas. Só que, o conjunto do partido comprova-o cinco meses depois. E com perdas, pois no projeto que apresentamos o jornal já teria sido lançado em dezembro como quinzenal e agora em março estaria passando a semanal, em sintonia com o ritmo que o ano eleitoral exige do partido.

No entanto, ao contrário do que se possa supor vulgarmente jamais condicionamos nossa força ao jornal do partido à aprovação do projeto que julgamos mais acertado. Temos defendido desde há muito a necessidade de uma maior centralização do partido para a sua consolidação. O que significa todos assumirem o que o partido deliberar. Coerente com esta visão da construção do partido é que desde a deliberação sobre o jornal do PT temos nos colocado reiteradas vezes a sua disposição, seja através de nossas páginas, seja diretamente junto à direção do partido e do jornal. O que, se não se materializou ainda, avaliamos dever-se à desorganização interna do partido ou, quem sabe, a um certo preconceito de fundo sectário que esperamos ver superado.

Isso no entanto nunca significou que o **EM TEMPO** deixaria de existir. Somos um jornal diferente do **Povão**, que se caracterizava como um jornal de denúncia para a massa; tampouco vivemos as crises de uma equivocada concepção do PT, como o **Companheiro**.

O **EM TEMPO**, desde há muito defendendo a construção do PT como partido mesmo, apostando ao máximo no desenvolvimento de suas potencialidades revolucionárias, vem encontrando seu espaço próprio no interior do partido — coerente, legítimo e construtivo, julgamos — como um jornal de informação da vida interna, do processo de construção do partido, de debates entre as várias correntes, e de análise à luz de nossa concepção sobre o papel dos marxistas neste processo.

Ou seja o **EM TEMPO** não concorre nem disputa, em faixa e função, com o jornal do partido, mas corre num outro espaço dentro do campo interno de informação, análise e debate, e que é indispensável para a própria construção do PT.

É claro que com a existência do jornal do partido, o **EM TEMPO** passaria e passará por alguma redefinição parcial. Seja em função das forças que hoje trabalham nele e que viessem a ser aplicadas no jornal do partido, seja em função de precisões no seu projeto. Estas últimas no entanto, somente poderão se clarear na medida mesma e em função de uma precisão concreta do próprio projeto do jornal do PT e que, pelo recuo empírico visto acima, ainda não está de forma alguma claro. Mas, de qualquer forma nossa orientação já está dada.

O importante agora, por isso, não é discutir o que será o **EM TEMPO**. O fundamental é a consolidação do jornal do partido como o melhor projeto possível. E é nisso que devemos nos jogar, é isso que devemos debater às vésperas do lançamento de seu número experimental.

Itamar Franco

Um senador perdido no espaço?

Em meio à revolta de políticos insatisfeitos com a incorporação, o PT mineiro viu-se de repente às voltas com o caso Itamar Franco. Nosso vistoso senador tirou da manga uma carta surpreendente: enquanto transcorria uma reunião do Diretório estadual do PMDB (da qual não participou), dirigiu-se ao presidente do PT mineiro, Ignácio Hernandez, o confessor-lhe estar "desiludido" com a política em geral, especialmente com o PMDB. "Amargurado" com as traições de seus correligionários, mostrou-se disposto à "reciclar-se" e... entrar para o PT, sem condições nem ambições.

Tardia decepção para quem aos 23 anos iniciou sua carreira política como candidato (derrotado) a vereador pelo PTB de Juiz de Fora. Duas vezes prefeito da segunda cidade do estado, senador pelo MDB na crista da onda oposicionista de 74, Itamar seria a nova face do político mineiro. Arrasador dos esquemas udenistas, peerristas e pesse-distas, político que se impôs por cima deste pântano pela força de seu carisma e de seu verbo oposicionista.

Seria mesmo? Nem tanto. Afinal, quase afogando-se na tempestade da incorporação, foi a seus dois amigos, Magalhães e José Aparecido, que Itamar recorreu, reunindo-se publica-

Num dia ele toma a benção de Magalhães; noutro, bate às portas do PT. Afinal, a quantas anda a "política mineira"?

Da Sucursal

mente com eles para decidir seu destino político.

Porque Magalhães? O ex-governador, entre outras coisas detém uma máquina política construída através dos anos de poder. Protegida pelo guarda-chuva do Banco Nacional esta máquina andou estendendo seus tentáculos ao PTB, ao PMDB e firmara-se ultimamente no PP, onde mal e mal convivia com Tancredo.

Mineirice ou canalhice?

É sabido em Minas que Itamar não desprezava sua força; e que Magalhães, conhecedor dos homens e convencido da fragilidade das estruturas partidárias (por ele, inclusive, desapareceriam) sempre se relacionou muito bem com ele. Itamar (quem sabe?) contava com Magalhães para firmar-se dentro da política mineira e dentro do PMDB. Político "novo" que é, desvinculado das velhas fontes do voto de cabresto, sem cobertura financeira e com encenações de independência frente aos caciques, ele precisava deste amparo.

Magalhães? Bem, Magalhães é Magalhães. "A política é como o céu; nublado agora, claro um pouco depois", declarou dias antes de entrar para o PDS. Mineirice ou canalhice? O fato é

que não lhe interessam os princípios e programas partidários. Mantém um pé, ou um dedo, em cada buraco, seus interesses se sobrepondo a tudo mais.

Porque Itamar necessitou pedir benções a esta raposa? Bem, o flamante senador só às custas de muita pressão interno do PMDB é que aceitou trocar a disputa pela reeleição ao senado pela candidatura a governador. Mas, mesmo depois de aceitá-la as queixas dos peemedebistas eram constantes: o candidato estava apático, acometido por ondas de desânimo.

Não era para menos. As máquinas do PDS e do PT, em número de diretórios municipais eram quatro vezes maiores que a do PMDB. E apesar de Magalhães e Tancredo andarem sempre às turras, as raízes do PT eram profundas no vasto interior mineiro e a trama de alianças bem tecida.

Frente a este quadro as chances de Itamar-governador dependiam inteiramente dele se tornar um político popular, coisa que nunca assumiu. O senador não foi visto ao lado dos grevistas mineiros, atacando o escândalo da FIAT, conversando com os peões e camponeses etc.

Por isso o senador não se sentia seguro para o embalo de

uma campanha, a menos que contasse com alicerces mais sólidos, e não apenas as palavras e exigências dos peemedebistas.

É neste quadro que vem a incorporação, e o PMDB mineiro é tragado inteiramente pelo PP. E, assim, de repente, Itamar vê-se "desconsolado e amargurado". Aqueles mesmos que o empurravam para uma duvidosa e precipitada candidatura, saem agora em aplausos frenéticos a Tancredo, o novo candidato ao governo do estado. Itamar procurou Magalhães, mas desta mina não saiu nada. E assim, em meio a esta briga de foice é que foi procurar o PT. Difícil acreditar que Itamar não conhecesse suficientemente seus pares para esperar deles outra coisa.

Rapidamente, a "decepção, amargura e reciclagem" sumira, e tudo se mostrou uma encenação para uso interno, uma chantagem, em português claro, dentro do jogo de empurra para a redistribuição dos cargos do novo PMDB. Assim, no final da semana passada Itamar comunicava ao presidente do PT mineiro que abandonara a idéia de entrar para o partido.

A posição do PT

O PT estadual, desde o início, avaliou que não caberia vetar a entrada de ninguém, a menos

que se tratasse de figura comprometidas com a ditadura. O partido já possui sua dinâmica interna e, confiante nos seus mecanismos de democracia, teria suficientes forças para peneirar o joio do trigo. À Executiva caberia assim fugir de toda cata de votos ou acordos secretos, de qualquer "nova dimensão eleitoral" que a eventual adesão do senador realisticamente traria ao partido, imunizando-se contra a picada desta mosca azul e seguindo fielmente o programa do partido e os princípios de sua proposta. Princípios que o próprio senador admitiu serem diferentes, quando expressou dúvidas na sua capacidade de adotá-los, por velho e mal habituado.

À luz desta orientação direção mineira atuou no caso com discrição e compostura, malgrado uma ou outra declaração infeliz que possa ter preocupado o conjunto dos filiados.

E por isso, se por razões quaisquer o senador viesse a pedir ingresso no partido, se este roque de rei se transformasse numa virada de mesa, o PT seguramente saberia reagir como um partido adulto que é, sem açodamento, sem deslumbramento ante o brilho da estrela, confiante na sua democracia e no discernimento da massas de seus militantes.

Não seria um senador, por mais candidato nato que fosse, que nos viraria a cabeça.

Resenha De volta à clandestinidade

Por Roberto Martins (*)

BARÃO DE MESQUITA, 425: A FÁBRICA DO MEDO, de Alcir Henrique da Costa; Brasil Debates; 134 páginas; 450 cruzeiros.

A rigor não se pode classificar este livro como ficção. Trata de experiências reais vividas por milhares de brasileiros na resistência clandestina e nos "porões" dos Órgãos de Segurança. É uma obra que pode, sem dúvida, tornar-se um clássico na sistematização literária destas experiências e, por isso mesmo, leitura obrigatória não só para os que passaram por elas, mas também para todos os que queiram dela tomar conhecimento.

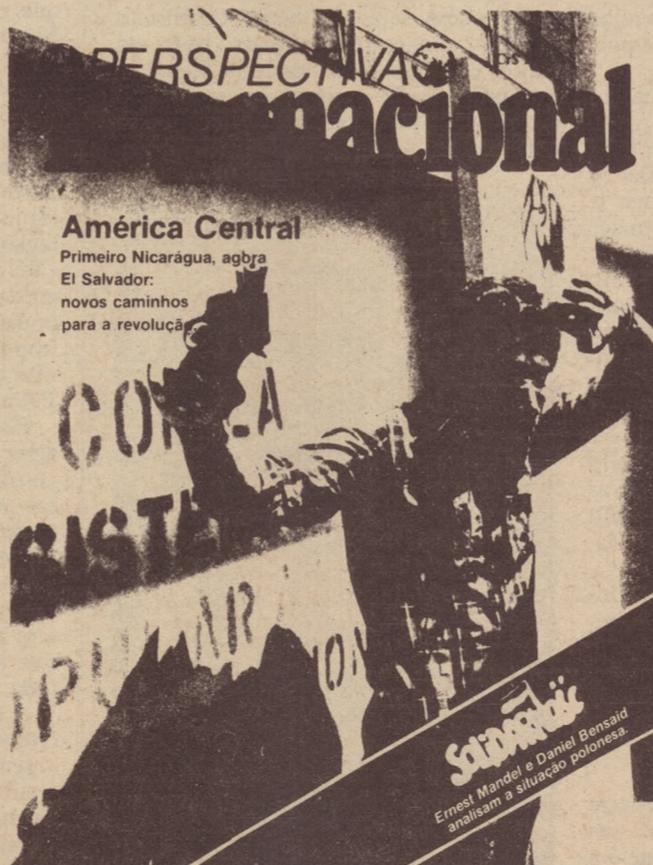
A história passa-se no Rio, onde grupos de jovens de uma organização clandestina desenvolvem suas atividades: os "pontos", os recrutamentos, as expropriações, a imprensa clandestina, a resistência possível... Até que um militante é preso, não resiste às torturas e as prisões se sucedem. Uns resistem até o fim, outros fraquejam não sem resistência. Enquanto isso se passa atrás das grades, cá fora os outros fogem de suas casas, avisam os companheiros, escondem-se. A solidariedade, difícil, é sempre encontrada. Enfim, um drama comum entre 1969 e 1976, principalmente.

O autor dessa obra é carioca de nascimento e formação — inclusive no espírito irônico e picaresco que reflete no romance —, formou-se na antiga Faculdade Nacional de Filosofia onde teve destacada participação no movimento estudantil. Vários anos de resistência clandestina levou-o a duas prisões e, finalmente, ao exílio por sete anos, no Peru e na Argentina. Seu estilo literário é, nesta obra, vivo, emotivo. Emotivo pelo conteúdo e não pela adjetivação. Não floreia os fatos: mostra-os em toda a sua crueza e contradição. Os ambientes, seja nas salas de tortura, seja nas moradias dos perseguidos ou nas paisagens do Rio, são descritos com simplicidade e rigor de veterano.

Trata-se, sem dúvida, de boa obra tanto do ponto-de-vista literário como político. Ajuda a mostrar importantes aspectos da resistência à ditadura dentro e fora das prisões, reforça a consciência contra as torturas e os torturadores. É, finalmente, como afirmou o poeta Ferreira Gullar, além de testemunho e denúncia, uma discreta exaltação do ser humano e de suas qualidades mais preciosas.

(*) Jornalista e membro da Comissão Executiva do PT fluminense.

Mais um lançamento da Editora Aparte Ltda.



Nasce uma revista. Não se trata simplesmente de mais uma revista. *Perspectiva Internacional* é um instrumento de análise da luta de classe internacional.

E porque uma revista internacional no Brasil, hoje?

Foi principalmente pensando em compreender a situação política internacional, que nós da equipe do jornal *EM TEMPO* e da Editora Aparte resolvemos lançar a *Perspectiva Internacional*. E precisamente, nesse momento crucial em que vivemos, onde a burocracia polonesa — auxiliada pelos governantes de Moscou — tenta através de um golpe de Estado esmagar os 10 milhões de trabalhadores do *Solidariedade*. Nesse exato instante em que Reagan e seus assessores, na sua monstruosa luta belicista, tentam destruir Cuba socialista e a Nicarágua livre, através da intervenção cada vez maior em El Salvador, Guatemala e Honduras.

E para isto, o time deste primeiro número é da pesada: Ernest Mandel, Daniel Bensaïd, Michael Lowy, Andre Gunder Frank, Sérgio Rodrigues, John Ross.

Ah! É bom lembrar que a nossa *Perspectiva Internacional* será publicada no Brasil em colaboração com a revista *INPRECOR (Internationale Presse Correspondenz)*, que é editada em francês, inglês, castelhano, alemão, italiano e polonês.

Procure já a sua *Perspectiva Internacional*, fazendo sua assinatura. Editora Aparte, Rua Francisco Leão, 57 • Fone: 852-8880.

a equipe da
PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Exclusivo para EM TEMPO

DO CORAÇÃO DA GUERRA CIVIL

Lars Palmgreen, correspondente da revista sueca *ETC* na América Central, inicia a colaboração com EM TEMPO com um depoimento vívido da guerra em El Salvador. O relato de Lars explica o que hoje confirmam as manchetes: o exército títere bate em retirada e o imperialismo está entre a derrota e um novo e mais perigoso Vietnã.

EL SALVADOR URGENTE

O melhor é começar a partir da minha última entrada em El Salvador, que foi em dezembro de 1981. Eu estava em Honduras, esperando novas notícias para poder entrar nas "zonas controladas" e todas as informações eram muito incertas. Então fui para a zona fronteira junto aos refugiados salvadorenhos, aí pude verificar a grande colaboração que existe entre o exército salvadoreno e o hondurenho.

Os refugiados escutam todas as noites a Rádio Venceremos, da FMLN. É para eles uma questão fundamental, para manter-se ligados à luta, porque a maioria deles se sentem como parte integrante das lutas e querem regressar e sentem o refúgio Honduras como algo transitório, por isto mesmo ficam na região fronteira. Uma noite, escutando a Rádio, e discutindo sobre os destinos da luta revolucionária, ouvimos um comunicado da Frente Farabundo Martí de que iam "sair do ar por algum tempo por razões técnicas". Nós sabíamos que o exército salvadoreno iria realizar uma operação militar contra essas bases da FMLN, em Morazán. Inclusive, José Guillermo García, ministro de Defesa, através de conferências de imprensa, disse que a ofensiva tinha tido um êxito imenso, e que eles haviam morto centenas de guerrilheiros e que outros estavam completamente desbaratados. O objetivo desta ofensiva era acabar com a Rádio Venceremos, que estava transmitindo diariamente desde janeiro de 1981. Esse comunicado de saída do ar, deixou-nos muito preocupados. Pensamos que talvez García teria razão, e que a operação tivesse sido bastante exitosa. Talvez tivessem conseguido atingir a rádio. Todas estas eram preocupações que nos atormentavam, pois nosso único meio de saber o que se passava em El Salvador era através da rádio. O ambiente era pois de dúvidas e preocupações.

Depois fui-me desta região. Quando cheguei a Tegucigalpa (Honduras) todos os jornais mencionavam o discurso feito horas antes por García, no qual ele falava que o exército havia logrado atingir a Rádio Venceremos, destruí-la e prender todas as pessoas que lá se encontravam. Para mim era muito angustiante escutar tudo isso e não ter nenhuma contra-informação, pois depois que a Rádio Venceremos parou suas transmissões ninguém podia saber mais nada do que acontecia em território salvadoreno. Então, fui-me para San Salvador, para poder ver "in loco". Falei com os coronéis — sem poder contactar García — que repetiam as mesmas frases: que a ofensiva tinha sido um êxito, que a Rádio estava esmagada, etc.

Falei também com os diversos partidos que vão participar nas eleições, com empresários, etc. Ninguém queria falar sobre a guerra, diziam que não era assunto deles, mas sim dos militares. Uma questão marginal. Eles estavam preocupados com as eleições. Para eles as eleições estavam totalmente fora da realidade do país.

Uma pequena história que pode explicar a situação atual foi a que vivi quando visitei a Puente de Oro, que é a maior ponte da América Central, e que foi explodida completamente pelos revolucionários em outubro de 1981.

Falando com os guardas nacionais, perguntei-lhes como seria possível que os combatentes da FMLN pudessem ter chegado até a ponte e terem-na explodido, sendo muito fácil controlar tudo o que passa ao redor. Então os guardas me responderam que chegaram em mais de 700 pessoas. Perguntei-lhes como era isto possível? Vocês não os viam? Eles me disseram: "não, mas eles chegaram em submarinos", isto era absurdo, pois o rio não tinha mais de 1 metro e meio de profundidade". "Não, mas eram submarinos especiais", etc. etc.

Quando falei com a população da região, aí então a explicação foi boa, pois disseram-me que os revolucionários haviam chegado uma semana antes, explicando que iam explodir a ponte. Na noite anterior da explosão, eles evacuaram todo mundo, de todas as cidadezinhas ao redor, o que significa milhares de pessoas saindo em plena noite e bem organizados. Depois houve a explosão. Houve sim um pouco de tiros com os guardas, mas nenhum enfrentamento mais importante. Isto significa uma derrota esmagadora para as forças militares da Junta.

A conclusão então desta minha viagem a San Salvador foi a de que a junta não tem nenhum apoio, que a questão das eleições não tem nenhum debate, nenhum eco junto à população que é vista como algo de absurdo, desligado da realidade; que no seio de camadas cada vez mais amplas da população há uma grande desconfiança da Junta e uma simpatia, inclusive involuntária, para com os revolucionários. Isto para mim ficou claro. Mas o que ainda estava bastante obscuro era saber o que tinha acontecido em Morazán, pois não havia nenhuma informação a respeito, ninguém sabia de nada. Os jornais também não escreviam nada, tudo era muito estranho. Mas quando houve a possibilidade de retornar e entrar em Morazán aí pude ter uma visão real de tudo.



Lilian Letona, comandante da FMLN



O fracasso da junta e o desespero do imperialismo

Os Estados Unidos estão perdendo a guerra em El Salvador. O estrondoso fracasso da ofensiva lançada pelas forças governamentais nas últimas semanas demonstra o aumento qualitativo da capacidade militar da FMLN e o fato, ainda mais importante, da população ter se voltado decididamente para o lado dos revolucionários.

As vésperas das eleições preparadas pela junta, os insurgentes são vistos como a única solução para uma guerra das mais selvagens que conhece a história da América Latina. Segundo um relatório da CIA, para cada civil que os militares assassinam, 25 passam ao campo da guerrilha.

EM TEMPO vem dizendo repetidamente, que as razões pelas quais a FMLN não lançou até agora a ofensiva final, estão fora de El Salvador, no fato óbvio de que o imperialismo interviria, levando a guerra a toda a região. Agora, segundo informou a cadeia CBS no dia 16 de fevereiro, é a própria CIA quem adverte Reagan de que a guerra não poderá ser ganha sem intervenção maciça de tropas ianques. O impressionante testemunho do colaborador de EM TEMPO, Lars Palmgreen, confirma a sagacidade da CIA.

Porém, Reagan tem dificuldades para ir além das palavras. Uma pesquisa publicada na última edição da revista *Newsweek* mostra que 89 de cada 100 norte-americanos estão contra o envio de tropas à América Central. A conclusão da revista, inequívoca defensora dos interesses dos monopólios, é que "a administração Reagan está ficando visivelmente sem resposta frente ao fogo revolucionário que consome El Salvador e se estende por toda a América Central".

A decisão de articular um exército "Pan-latinoamericano" chefiado pelos militares argentinos é também muito difícil de se concretizar. Sobre tudo depois do encontro entre os chanceleres argentino e brasileiro, no qual o Itamaraty pressionou e obteve que o ministro de Galtieri virasse 180 graus e se declarasse oposto a qualquer intervenção.

No imediato, a Casa Branca decidiu puxar uma caricatura de "Plano Marshall" para a América Central e o Caribe, através do qual se alimentará aos governos aliados da zona com uma soma de 750 milhões de dólares para os próximos três anos. "Too little, too late" (pouco demais, tarde demais) responde a imprensa dos EUA à proposta de Reagan. (Os próprios países atingidos assinalam que necessitam 5 bilhões de imediato e mais 15 bilhões até 1990!)

Mas é claro que isso é apenas uma cortina de fumaça para ocultar o verdadeiro plano. O *Washington Post* de 15 de fevereiro e o *New York Times* do 27 do mesmo mês, denunciaram a presença de 40 oficiais argentinos em El Salvador e outros 40 na Nicarágua. Os militares argentinos deveriam dirigir mercenário somozistas numa provocação na fronteira com Honduras de desse lugar a uma força de paz Pan-latinoamericana. A intervenção estrangeira e a internacionalização do conflito já são, portanto, um fato.

Prosseguindo com um plano, que ao que parece já está em plena marcha, a Casa Branca anunciou que "as forças guerrilheiras de El Salvador estão dirigidas desde Mazágu, onde ficam 6.000 assessores cubanos que junto aos sandinistas e membros da OPEP formam o verdadeiro Estado Maior da guerra em El Salvador".

Como um sinal a mais de que a invasão, na forma que for, já está decidida, o papa, que não tinha jamais se referido à questão, no domingo 28 de fevereiro disse que está contra a "interferência externa" naquele país. João Paulo II condenou a guerrilha e a repressão, prestando apoio porém às eleições preparadas pela junta. (O que foi qualificado como "um erro histórico" pelo chanceler nicaraguense, padre Miguel D'Escoto).

No mesmo momento, Guillermo Ungo, presidente da FDR, anunciou a disposição da frente em formar um governo de coalizão com todas as forças democráticas do país. Já antes, Fermán Cienfuegos, um dos quatro

comandantes da FMLN, havia feito um chamado para a formação de um governo de "conciliação" com todas as forças que estivessem dispostas a unir-se com a FMLN. E Cayetano Carpio, outro dos comandantes, fez declarações propondo um relacionamento aberto à discussão com Washington e o capital estrangeiro.

Numa manobra desesperada, perante a evidência do fracasso das eleições, a CIA tentou, no sábado último, um golpe contra o presidente Duarte e o general Guillermo García. No mesmo momento, desde Honduras, um exército mercenário pago pela CIA e comandado pelos oficiais argentinos, anunciava que no domingo, 7 de março, invadiria a Nicarágua. Tudo indica que a situação do governo em El Salvador é insustentável e que o imperialismo reage à escala regional. A alternativa é vitória revolucionária ou invasão estrangeira. É muito difícil, mas não impossível, que a invasão seja impedida. Em qualquer hipótese uma coisa é clara: na guerra de El Salvador está se expressando a luta de classes na América Central e será nesse terreno que a batalha decisiva será travada. Mas nessa batalha está se definindo a relação de forças entre as classes de todo o continente, entre os monopólios ianques e os capitalistas de toda América Latina por um lado, e do outro, as massas exploradas não só do sul mas também do norte da América. Na vitória ou na derrota da revolução centroamericana está se jogando o futuro da luta de classes do hemisfério. Por isso não será fácil, nem rápido, o desenlace. Os revolucionários de todo o mundo tem a obrigação de interpretar as forças em movimento, tomar posição claramente e se mobilizar com a maior urgência para impedir que o inimigo desenvolva sua estratégia. A solidariedade militante com Cuba, Nicarágua, Granada, El Salvador e Guatemala é hoje uma tarefa central para todos os povos de América.

(Marcelo Zugadi)

Na zona liberada

Entre na região de Morazán. Há uma grande caminhada de doze horas para poder penetrar-se no acampamento guerrilheiro. Caminhamos à noite. Andávamos todos acompanhados por um "compa" (companheiro) com a mão sobre seu ombro para seguir seus passos. O que senti então, ao longo de toda caminhada, era a enorme colaboração dos habitantes que viviam na margem desta estrada — camponeses hondurenhos e salvadorenhos, vivendo nesta zona fronteira. Chegávamos nas casas e os moradores sempre nos informavam o que estava acontecendo nos tres ou quatro quilômetros seguintes. Sempre tivemos estas informações, além de comida, água e pousada. Isto mostra a profunda relação existente entre a população destas regiões e a FMLN com as informações sempre passadas à frente, criando-se verdadeira rede.

O primeiro acampamento a que chegamos era provisório e competia a ele realizar manobras que permitiam guerrilheiros, juntamente com a população, circular pela região, evitando situações que ocasionassem a morte de muitos. E nele encontrava-se uma grande parcela dos feridos localizados no hospital provisório, formado com médicos e voluntários.

Na noite seguinte, seguimos para um outro acampamento. Fomos numa

coluna de umas cinquenta pessoas, junto com os feridos em macas, além dos medicamentos, mulas e armamento. Era uma marcha incrível, com essas cinquenta pessoas, sem enchergr nada, atravessando matas, cruzando rios, montanhas em plena noite numa velocidade estonteante. A noite lá é realmente negra, não se vê nada. O principal é que existe um conhecimento incrível da região, que explica esta capacidade de movimento. E todos os que estavam nesta marcha eram camponeses ou filhos de camponeses da região. Alguns dentre eles eram pequenos proprietários e os outros trabalhadores agrícolas. Todos há mais de três anos nesta zona. Os estudantes que havia eram tres ou quatro, e principalmente de medicina, que ali estavam há anos. Mas o grosso da coluna era de camponeses de Morazán. O próprio comando da coluna era feito por um camponês de 45 anos, que me explicou claramente o que era imperialismo, porque é que os gringos aí estavam e porque apoiavam a junta, disse-me também o que era a junta, o que representava e as reformas feitas por ela e porque as pessoas não acreditavam nisto. Falava-me de uma forma bem concreta e profunda, ainda que com sua linguagem e ótica de camponês, que teve seu filho morto pelos militares, mas que não lutava somente para

vingar-se e sim com uma perspectiva que ia mais além.

"Há que se terminar com ela, (a junta) que oprime. São um bando de filhos da puta", sintetizam eles. Mas é difícil para eles explicarem o que fazer após, para substituir a junta. Isto também ocorre na Nicarágua. Ali Somoza era visto facilmente como o inimigo principal, era uma questão simples de entender. Mas 'o que fazer depois' era a chave da questão. Não sabiam muito porque é que Somoza conseguia manter-se no poder. Tenho a impressão que em El Salvador há uma consciência política mais profunda que sabe quem é o inimigo, porque ele é assim, porque deve-se lutar, também o significado desta forma de luta armada e, principalmente, o que é que eles vão construir depois. Isto tudo tem muito que ver com o caráter das zonas controladas, como tudo foi aí organizado, como se sentem, muita gente compreendendo estas zonas como um pequeno embrião da sociedade do futuro...

Depois dessa longa marcha, chegamos ao primeiro acampamento fixo da Frente Farabundo Martí. É bom lembrar que a zona controlada não é uma zona que está sob total controle militar da FMLN.





Nelas quase todas as pessoas estão organizadas de uma maneira ou outra na Frente. Mas aí também o inimigo têm quartéis, como se fossem ilhas no terreno do "inimigo" (a FMLN). E o FMLN têm uma série de acampamentos fixos, conformando uma cadeia em toda a zona, ao redor dos quais há toda uma economia organizada em função da guerra.

Neste acampamento, por exemplo, viviam uns cento e cinquenta combatentes, com um hospital, um "trapiche", uma pequena escola e um quartel dos comandantes. Nesta mesma zona, viviam ainda umas 1.500 pessoas, camponeses com suas famílias que cultivavam a terra em redor com cana de açúcar e milho, além de criarem gado. Percebia-se que a vida seguia normalmente, com todas as tarefas concretas planejadas a nível coletivo por um conselho de produção que controlava e organizava o trabalho. Depois, distribuía-se os frutos do trabalho, não somente nesta zona, mas em todas zonas, entendendo-se que cada uma tinha especificidades e dificuldades na capacidade de cultivar. Este conselho de produção era a direção política da zona, no qual evidentemente a FMLN tinha uma influência muito grande, mas não total. Isto é muito importante. Este conselho foi nomeado por assembleias e por reuniões que tiveram lugar junto a toda a população. E tinha, conseqüentemente, a direção política e militar da região, trabalhando intimamente ligados à Frente. O fato de ser uma expressão independente de poder da população da zona é muito importante, podendo aí exercer toda uma experiência de poder, de poderem responsabilizar-se de suas próprias decisões, organizarem-se.

Dalí, seguimos caminhando por mais três noites, em direção à região onde se encontra o quartel geral da FMLN, em Morazán: o comando da frente sul-oriental Francisco Sanchez, como se chama. Nesta zona, quando entrei, fui confirmar que havia sido dito por Garcia de que eles tinham, conseguido eliminar a Rádio Venceremos, esmagando a população... Mas ao longo de toda a marcha pude já perceber que ele tinha mentido, pois vi as pessoas organizadas nos conselhos, mostrando-se bem seguras de si mesmas. Não havia nenhum terror, medo, nada. Chegando lá, no quartel geral de Morazán, presenciei a prova mais contundente, pois recomeçava a transmitir a Rádio Venceremos, exatamente do mesmo ponto de onde sempre transmitiu. Quando cheguei, a Rádio transmitia uma missa para o Ano Novo.

Falei com o comandante Jonas, que é o comandante Jorge Melendez, da zona sul-oriental Francisco Sanchez. Ele me

explicou que quando a junta atacou-os eles haviam utilizado as forças mais experimentadas do exército, a "brigada Atlacatl", que foi formada com os ianques, guarda nacional, Polícia de Hacienda e as brigadas de paraquedistas. Dizia-me ele, que o objetivo era esmagar a Rádio Venceremos pelo papel que desempenhava, não somente pela informação que ela veiculava, mas pelo fato de que transmitia diariamente e em solo salvadoreño. A rádio tornava-se, cada vez mais, voz da direção revolucionária, dando a linha política à população. Mesmo em lugares onde a FMLN não estava diretamente presente. Por exemplo, fez-se uma grande campanha quando do aniversário da morte de Monsenhor Romero, campanha que se chamou "Um par de botas para montanha", onde os guerrilheiros não tem botas suficientes para poderem combater. E mais: chamou-se também a organizar a formação de comitês populares nos bairros, explicando-se o que eram esses comitês, suas tarefas, como organizá-los. A situação política enfim, atingiu tal ponto que a Rádio pode jogar um papel de voz da direção da Frente. Isto é o reflexo de que a FMLN começa a ser enxergada pela população como uma alternativa, uma direção revolucionária. Porque uma coisa é a Rádio chegar até uma região onde existe o trabalho já feito pelos militantes da FMLN, contribuindo para que este trabalho seja consolidado. Outra coisa é a Rádio organizar parte da população de zonas onde a FMLN não tem nenhum trabalho. Mostra que a Frente já começa a ser reconhecida nacionalmente como uma alternativa viável de poder.

A idéia da Junta era esmagar a Rádio Venceremos. Para isso mandaram tropas com quatro mil homens. Os revolucionários tinham duas saídas: uma, era enfrentar as forças da ditadura, cara a cara; a outra, era recuar, não enfrentar-se com os militares, aproveitando seus conhecimentos do terreno. O objetivo, segundo o comandante Jonas, era não só de defender a Rádio, mas principalmente a população da região. Decidiram então fazer o que eles chamam de manobras: transladar as pessoas e a Rádio para lugares seguros. Chamou-se a população destas zonas para evacuarem suas casas e acompanharem a FMLN. A maioria seguiu-os. A tática era não enfrentar de cara as forças da Junta, mas sim atacá-los marginalmente, através das várias colunas, levando-os para uma direção precisa. Combatiam, em número reduzido, mas dando a impressão de que queriam defender as zonas a qualquer preço, e depois retiravam-se, dando às forças militares a impressão de que venciam. Mas na realidade, o que aconteceu é que os revolucionários con-

seguiram levar os soldados da Junta para um lugar específico, encurralando-os, atacando-os pela frente com uma parte do contingente da Frente e por trás também. Isso permitiu que a maior parte das colunas da Frente, que não participaram na luta, tivessem caminho aberto para escaparem dos militares, fato que se repetiu em várias outras regiões, fazendo com que as forças da Junta se dividissem, enfraquecendo-se por consequência. E a população a cada vez evacuava a região. Essa tática seguiu-se por mais três semanas, dando lugar a retirada do exército que deixou 1.500 soldados ocupando as regiões conquistadas. Depois, as forças da Frente vinham, e atacavam estas fracas forças do exército. Eu mesmo vi o contra-ataque da FMLN. Era um exército de revolucionários composto basicamente de camponeses, bem armados, reconquistaram cidade após cidade, através desses contra-ataques. E cada dia voltavam para os quartéis trazendo medicamentos, armas, munições e levando também prisioneiros de guerra. Soube-se que dentre os prisioneiros de guerra ou dos soldados mortos pelos revolucionários, havia muitos que queriam render-se. Isto foi dito pelos próprios presos de guerra. As tropas do exército estavam muito desmoralizadas, porque muitos foram obrigados a massacrar cidadezinhas onde as pessoas, não querendo evacuar e seguir os revolucionários, foram covardemente massacrados pelo exército. Eu próprio passei por estas cidades. Por exemplo na cidade de Mosote, a uns dois quilômetros de distância, antes de se chegar à cidade, já se sentia o odor da morte e tínhamos que andar com lenços no nariz para poder penetrar na cidade. Era uma cidadezinha muito bonita, camponesa, muito idílica. Mas agora todas as casas estavam destruídas. Todas as casas derrubadas, cheias de corpos trucidados. Alguns enterrados bem próximos do chão, cobertos de moscas. Outros ainda inteiros.

Alí pude encontrar uma sobrevivente deste massacre. Era Rufina Maia que logrou esconder-se das tropas. Ela viu como mataram toda sua família, seu marido, seus filhos, amigos, vizinhos e escutou as conversas dos soldados reclamando do comandante que obrigava matar as crianças. "O soldado, dizia ela, respondia ao outro que preferia morrer a matar as crianças. Que ele já havia aceito matar as mulheres, além dos homens, mas as crianças não, elas não tinham nenhuma culpa do que estava acontecendo". Um verdadeiro diálogo de loucos depois de todo o massacre.

Os "compas" ficaram sabendo deste massacre e esse foi um dos motivos da eficácia da contra-ofensiva. Uma fúria,

todos querendo como que vingar-se do exército e da chacina. Essa ofensiva da FMLN foi massacrante, pois eles não só expulsaram o exército destas zonas antes conquistadas, como também de regiões onde as tropas da junta já estavam estabelecidas há muito tempo, invadindo quartéis de várias cidades. O controle passou a ser total das forças revolucionárias. Lugares como Corinto, Perquim, Gotera, que é a capital de Morazán, foram completamente dominados pela FMLN.

Quando tomamos o caminho de volta, pude verificar "in loco" o controle da FMLN sobre todas as cidades, pois em cada uma que entrávamos, juntamente com 7 ou 8 "compas", éramos muito bem recebidos pela população. Ao invés de temerem qualquer coisa, a população vinha receber-nos, informando-nos de tudo o que estava acontecendo, dizendo-nos onde se encontrava o inimigo.

E mais uma vez constatei que Garcia mentia. Eles conseguiram foi massacrar, como sempre o fazem, as populações civis. Das forças revolucionárias houve somente umas cinco baixas, contra mais de cem baixas do exército, dentre mortos e feridos, com cinco presos de guerra. Estes contavam que a maioria deles tinha sido recrutada à força. Um deles tinha quinze anos, e os outros não mais de dezoito. Fizeram um chamamento através da Rádio Venceremos para que os outros soldados do exército se rendessem e não mais massacrassem a população.

Dessa forma, a Frente ganha muito prestígio com as tropas do exército, pois sabem que serão libertados caso sejam presos. Inclusive, quando eu estava lá, houve uma série de presos de guerra que se integraram na Frente Farabundo Martí com uma pequena cerimônia. Eram presos que tinham sido capturados em agosto de 1981, quando a FMLN tomou a cidade de Perquim e eram sete Guardas nacionais dos quais cinco integraram a Frente e dois foram libertados sem integrá-la. Isto foi muito difundido pela Rádio e é certo que são fatos que penetram na consciência das tropas e desmoralizam o exército.

Também é importante constatar que a Frente Farabundo Martí aumentou em muito a sua influência com relação ao período anterior. Se pensarmos em termos geográficos a zona de El Salvador sob controle da FMLN é cerca de um terço do país, talvez mais, se considerarmos o controle organizativo e não só o controle militar. A FMLN tem presença hoje, em todas as regiões do país. Na zona de Santa Ana, perto da fronteira com a Guatemala, há uma atividade militar. Em Sansonati, que é a zona de Honduras, também há uma grande atividade política.

A luta contra a portaria do MEC Rumo à greve nacional

Restaurante universitário

Durante as férias escolares, o MEC baixou uma portaria que fixa preços únicos para as refeições dos restaurantes das Universidades Federais. Esses preços são de Cr\$ 30 para os estudantes considerados "carentes" e de Cr\$ 130 para os "não carentes", representando aumentos de até 900% em algumas universidades. A portaria fixa também reajustes semestrais baseados nos INPCs de janeiro e junho, além de estabelecer diversos "níveis de carência" entre os universitários.

O MEC recrudescer

Para o ensino ser público e gratuito, não basta apenas que a escola não cobre anuidades. Itens como alimentação, serviços médicos, transportes e moradia são também necessários. E é exatamente sobre esses itens que o governo tem centrado sua ofensiva pela implantação do ensino pago, já que os balões de ensaio lançados sobre a questão das anuidades tem encontrado forte resistência dentro e fora dos muros da Universidade.

Apesar do alvo do governo não ter mudado, a portaria do MEC tem um aspecto novo e grave. Até agora os ataques governamentais eram descentralizados, ora aqui, ora ali, evitando um confronto global. Ou quando eram globais por sua própria natureza, como o projeto Portela (transformação das Universidades em Fundações e Autarquia Especiais), eram precedidas de ampla sondagem para avaliar suas possibilidades. Com essa portaria, isso mudou: **estamos diante de uma ação conclusiva e a nível nacional contra o ensino público.** É a



Restaurantes universitários: aumentos até 900%

primeira vez que o MEC compra a briga dessa maneira.

Carentes x não carentes: o caminho do ensino pago

Dividir para governar, eis a estratégia. Acenando com critérios de carência brandos, o MEC tenta anestesiá-los, que não se sentiriam tão ameaçados, antes de implantar suas medidas pelo ensino pago. Após implantá-las, basta ir arrojando pouco a pouco tais critérios até abolí-los de vez. Aí todos serão "não carentes", todos pagarão...

A estratégia é esta, basta ver os discursos do general Ludwig dizendo "os que podem devem pagar e com esse dinheiro poderemos financiar os que não podem". O que ele se esquece de dizer é que sua meta final é a desobrigação do governo para com a educação, ou seja, o ensino totalmente pago.

A direção da UNE "prepara" a luta

A portaria foi anunciada bem antes do início das aulas. Nesse meio tempo, a

UNE realizou um CONEG (reunião de todos os DCEs e UEEs do Brasil). Esse era o momento propício para preparar uma resposta unificada dos estudantes.

No CONEG, a diretoria da UNE mostrou bem a que veio. Segundo esses senhores, a melhor resposta que se pode dar a esse ataque unificado é negociar os índices de aumento com as reitorias de cada escola! A proposta aprovada foi desse nível. De concreto, só um dia nacional de luta e uma reunião consultiva dos DCEs das escolas envolvidas.

Assim, perdeu-se a oportunidade de se iniciar a luta de uma forma unificada e centralizada. E a responsabilidade cabe à diretoria da UNE, aliás sintomaticamente eleita em um Congresso onde a tônica foi os conchavos e a falta de democracia.

No início das aulas, os primeiros choques

Devido às diferenciações existentes entre as reitorias e o MEC, a implantação da portaria foi algo desigual. Na Universidade Federal Fluminense, o Conselho

Universitário divulgou moção dizendo que a portaria feria a autonomia universitária e decidiu manter o preço. Na Universidade Federal do Piauí, o reitor é candidato em novembro: manteve o preço... Na Universidade Federal do Espírito Santo, foi cobrado o preço mínimo (Cr\$ 30) e feito um questionário para verificar quem era "carente" ou não. Na maioria das universidades, no entanto, o preço foi para Cr\$ 130.

A tônica da reação dos estudantes foi invadir os restaurantes, organizar caixas paralelas e comer pagando o preço antigo. Como resposta, as reitorias fecharam os restaurantes, condicionando a reabertura a não ocorrência de novas invasões.

Esquentar os motores para a greve nacional

Em vários lugares, como na UFRGS, em Pelotas e em Santa Maria no Rio Grande do Sul, o clima é de greve. Na UFMG, em Minas, a greve já foi deliberada. Em outros estados houve passeatas, manifestações etc. Na USP, o clima é mais ameno, ainda falta muita discussão.

Uma coisa é certa: para se conseguir a vitória é necessário unificar a luta nacionalmente. E a forma de pressão mais forte que se tem é uma greve nacional. Mas uma greve nacional realmente bem preparada e que seja decidida de uma maneira realmente democrática. Greve de pacotão, decidida em nome dos estudantes por um bando de iluminados não vai adiantar nada, só piorar.

Assim, é necessário criar comandos de mobilização em cada escola, criar um comando nacional com representantes eleitos nas assembleias das escolas em lutas e centralizado pela diretoria da UNE para dirigir a mobilização. Fazer passeatas, realizar tomadas de reitorias, aproveitar que o ano é eleitoral. Realizar essas atividades de maneira a aumentar mais e mais a discussão entre os estudantes, preparando pela base uma greve nacional. Enfim, esquentar os motores para a greve nacional.

Denúncia

Querem acabar com o C.E.U./Rio

Até o primeiro semestre de 1981 a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro responsabilizava-se pelas contas de luz e de gás da Casa do Estudante Universitário do Rio de Janeiro. Daquela data em diante nada foi pago. A reitoria da UFRJ diz que não tem obrigação de pagar, apesar de reconhecer que o imóvel lhe pertence.

O MEC (Ministério da Educação e Cultura) diz que não pode arcar com a despesa porque é só para o Nordeste que tem verbas para pagar alojamentos de estudantes carentes.

Muito estranha a lógica dos senhores que responderam pela reitoria da UFRJ e pelo MEC! O projeto do campus da UFRJ previa 10 alojamentos, mas só existem dois! Existem 300 mil estudantes no Rio de Janeiro e o MEC acredita que não existem carentes, ou seja, quem precise de moradia estudantil para poder frequentar a universidade!

A Companhia de Gás diz que vai cortar o fornecimento a partir de 1º de março e a Light ameaça para o final do mesmo mês.

A CEU além de abrigar quase uma centena de estudantes residentes é um espaço (dos poucos existentes) para acontecimentos políticos e culturais na cidade do Rio de Janeiro. Preservar a CEU é uma tarefa não só dos estudantes como de todos os setores democráticos.

UEE/RGS: Seminário Estadual de Educação

A UEE-RS articula um grande Seminário Estadual de Educação para o mês de maio. A atividade foi definida como principal e já envolve professores universitários e de segundo grau. O objetivo geral é definir uma plataforma de lutas por uma nova universidade, gratuita, autônoma e democrática, voltada aos interesses dos trabalhadores.

Alguns seminários preparatórios ao estadual já estão em andamento e o saldo da iniciativa já começa a se mostrar na consolidação de um bloco de estudantes e professores, lado a lado, contra as iniciativas do MEC, particularmente a portaria sobre restaurantes universitários. Neste dia 13/03 se reúnem em Porto Alegre todas as associações de docentes e DCEs para definir a organização e pauta do seminário.

A nota convocatória da reunião publicada a seguir, é assinada conjuntamente pela UEE (Paulo C. Rosa — Sec. de ensino), ADUNISINOS (João Moacir Verle - presidente), ADUF-RGS (Maria Assunta ZanFelix - presidente), ADPPUC (Elisabeth Pedrosa Codó), CPERS (Zila Mattas Totta - presidente), e aponta um rumo a ser seguido também em outros estados.

"No início deste ano, o Ministro da Educação Rubem Ludwig intensificou suas declarações a respeito da implantação do ensino pago nas universidades públicas. A portaria ministerial altera o preço das refeições nos restaurantes universitários seria parecer do Conselho Federal de Educação.

Pode-se prever que a implantação do projeto, atualmente em estudo, ocorra em 83, pois o ministro precisa de tempo para consolidar sua propaganda ideológica a respeito dos "privilégios de uma minoria" que frequenta as universidades públicas e da "priorização do ensino fundamental" por parte de seu ministério.

Os anseios da comunidade universitária têm se mostrado contrário aos do ministro. As lutas desenvolvidas por cada setor, avançado em relação às reivindicações parciais, têm levantado a necessidade de uma discussão conjunta acerca das questões mais gerais, como a gestão da universidade, sua estrutura de poder seus orçamentos, sua autonomia em relação ao Estado.

Nesse quadro, 82 promete ser um ano tão decisivo para os rumos da educação no Brasil nas próximas décadas quanto o foi 68 com a

implantação da Reforma Universitária. Este é um momento em que a comunidade universitária precisa realizar um amplo processo de discussão visando apresentar uma proposta de uma nova universidade, alternativa ao projeto do MEC, que seja construída a partir de cada sala de aula, de cada reunião e de cada luta encaminhada.

A União Estadual dos Estudantes, a Associação dos Docentes da UFRGS, a Associação dos Docentes da PUC-RS, a Associação dos Docentes da UNISINOS, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul estão desde agora procurando organizar um Seminário Estadual de Educação com este objetivo. Nossa intenção é realizá-lo nos dias 21, 22 e 23 de maio próximos, reunindo estudantes e professores de todo o estado para discutir o papel e a função da universidade hoje, a crise de verbas e anuidades, as estruturas de poder e os conteúdos e práticas de ensino. Este Seminário, no nosso entender, não pode ser uma discussão em si, que sirva apenas para ilustrar seus participantes, mas sim a culminância de um processo de discussões e lutas anteriormente encaminhadas em cada escola isolada e universidade".

Estaleiro Mauá — Niterói

Greve obriga o recuo dos patrões

Por Carlos Henrique Árabe

Na quinta-feira, 4 de março, no Estaleiro Mauá, em Niterói, 5.400 operários cruzam os braços frente à negativa dos patrões em negociar e atender suas reivindicações: fim da onda de demissões e retorno do diretor de base do Sindicato, Rogério Alves, ao estaleiro (ele fora transferido para o depósito de materiais na Ilha do Cachimbau, na baía de Guanabara).

Na sexta-feira, frente à greve maciça dos operários, a empresa recua, aceita negociar as reivindicações suspensas e a transferência de Rogério. considera as horas paradas como jornada de trabalho e não pune ninguém. Mas ameaça: se os operários não retornarem ao trabalho, entra com pedido de dissídio e vem a "sagrada" proteção da justiça patronal. Os operários voltam ao trabalho e vão negociar. Mas se os patrões endurecerem, prometem greve novamente.

Tradição de luta:

Os operários do estaleiro Mauá (Companhia Comércio e Navegação) tem um longa tradição de luta. Ao lado das conquistas salariais, conseguiram manter desde maio do ano passado uma poderosa organização dentro do estaleiro. Duas vezes por semana, na hora do almoço, os operários se reúnem dentro da fábrica para debater os problemas do trabalho e assuntos do sindicato. São reuniões em que estão presentes pelo menos



Inconformados, os operários do estaleiro cruzaram os braços

600 operários do turno e, muito frequentes as que contam com mil. Todo este trabalho é sustentado pela comissão interna e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

A organização dentro da fábrica (e o sindicato) passou, agora, a ser alvo de uma investida patronal, cujo objetivo é enfraquecê-la para a negociação coletiva que tem a data-base de 1º de maio. A última medida dos patrões, e que levou à deflagração da greve, foi a tentativa de transferir um membro da comissão interna e diretor sindical (Rogério) para fora do estaleiro, longe dos companheiros que ele representa.

Mas como pano de fundo, a greve é a proposta operária à intensa rotatividade desencadeada pelos patrões desde o início do

ano. Segundo o Sindicato, as demissões já chegam a 750, com 20 a 30 operários demitidos por dia. Se contarmos a demissão das empreiteiras, a cifra sobe a mais de dois mil. A empresa argumenta que há demissões. Mas é evidente, rotatividade é exatamente isto.

Com ela, os patrões visam em primeiro lugar, anular as conquistas salariais, pois os novos admitidos entram com um salário equivalente à metade do salário dos demitidos. Em segundo, os patrões querem impor um severo controle político sobre os trabalhadores, para aumentar a jornada e os ritmos de trabalho e para quebrar a sua organização.

Rogério nos diz que "a rotatividade começou com o novo superintendente, que veio para reduzir os custos. Começaram as demis-

sões por baixo do pano, contratando novos operários com salário pela metade. Veio a intranquilidade e insegurança para todos os trabalhadores. Mais recentemente, a empresa propôs o trabalho nos sábados, para compensar os dias entre feriados e fins de semana. A proposta não foi aceita. Fizeram outras, também não aceitas. Por ter sido contra, a empresa disse que ia me punir. Daí anunciaram que iam me mandar para a Ilha do Cachimbau, que não tem nada a ver com minha função como operário e como representante dos companheiros do estaleiro. Por causa disso e pela insegurança do trabalho os operários resolveram agir, exigindo o fim das demissões e o meu retorno".

Os altos lucros da indústria naval

Segundo os estudos do DIESSE do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1981, a SUNAMAN pôs em prática o Programa Permanente de Construção Naval (PPCN), que prevê o gasto de um bilhão de dólares por ano em encomendas à indústria naval. No ano passado, o estaleiro Mauá foi o maior contemplado, com 25% destes gastos. Outro aspecto importante: o governo reclassificou a indústria naval quanto aos riscos de acidente de trabalho, passando-a de acidentes altos para médios e com isso reduziu a sua contribuição Previdenciária de 2,5% da folha de pagamento para 1,3%. A diferença vai para o bolso dos patrões.

Neste primeiro embate, os operários do Mauá conseguiram uma vitória parcial. Foi uma primeira ameaça aos patrões com sua sede de lucros e de opressão. Agora, é reforçar a organização no estaleiro e no sindicato pois falta ainda negociar as reivindicações e ninguém é bobo: a fera vai voltar a atacar.

Pacote Previdenciário

Agora que o movimento sindical começa a sair do banho-maria e as coisas começam a ferver, com greves estourando em várias partes do país, surge a luta contra o pacote da previdência, que coloca em jogo algumas questões políticas centrais para o movimento sindical.

Junto com a retirada dos 10% do INPC do cálculo do salário mínimo (que deve voltar a acontecer este ano), o decreto fundamentalmente significou um profundo golpe para os trabalhadores da ativa ou aposentados. Mas, a resposta dada pelo movimento sindical e, particularmente pela sua direção nacional — a comissão nacio-

Por onde anda a pró-CUT

Por Elvira Oliveira

nal pró-CUT — tem até agora se caracterizado pelo imobilismo e pelo burocratismo.

Por um lado, a pró-CUT não procurou aproveitar este momento de luta nacional para aprofundar sua organização nos estados — marcando os ENCLAT's, orientando a organização dos 1ºs de maio e até mesmo organizando as pró-CUT por estado. Por outro, a comissão insiste na marcação de atos públicos de duvidosa repercussão, cujo único objetivo real é o de pressionar os congressistas que vão votar o decreto presidencial. Para se ter uma idéia, em São Paulo para o ato marcado para sexta-feira, dia 12, até a

data em que fechávamos esta edição, não havia um cartaz sequer convocando o ato; um único panfleto unificado e nenhuma iniciativa de mobilização nos sindicatos mais importantes do Estado.

Até mesmo o pai dos pelegos de todo o Brasil, Ary Campista, faz coisas parecidas: diz que vai levar milhares de trabalhadores à Brasília, quando da votação do pacote e até mesmo colocou na praça uma proposta de greve geral.

Somente no Rio Grande do Sul, com a realização de uma assembléia estadual dos aposentados, passos concretos e massivos foram dados no

combate ao "pacote previdenciário".

Avoluma-se assim a distância entre a pró-CUT e o movimento sindical. Temos, na verdade, um organismo ainda incapaz de acompanhar a dinâmica do movimento de massas.

É muito necessário que os sindicalistas autênticos, no momento em que a repressão coloca as garras de fora até mesmo no ABC, procurem avançar na consolidação dos avanços organizativos do movimento operário.

A participação do ato no dia 12 ganha, assim, este sentido: procurar de todas as formas aprofundar os vínculos da pró-CUT com a prática concreta dos trabalhadores no Brasil.

Bancários/SP

Vitória esmagadora

O resultado das eleições para o Sindicato dos Bancários de São Paulo confirmou o que ninguém duvidava desde o início da campanha: vitória estrondosa para a chapa 1 que procurava continuar a linha de atuação da antiga diretoria. Foi a aprovação maciça da categoria para a gestão mais bem sucedida de uma oposição, frente à direção de um sindicato. E o processo eleitoral foi dos mais democráticos que se tem notícia nos últimos anos: a chapa vitoriosa foi eleita em uma convenção, depois de muita discussão nos bancos; as outras chapas tiveram seus programas e atividades publicados ou noticiados nas publicações oficiais do sindicato; os



No Pacaembú, os bancários comemoram sua vitória.

mesários foram os próprios bancários e todos puderam fiscalizar livremente as eleições. E não deu outra, chapa 1 na cabeça, deixando muito para trás as outras duas: a chapa 2, formada pelos simpatizantes do jornal HORA do POVO e a chapa 3, pelos antigos pelegos da diretoria de 1979.

Desde o primeiro momento

da apuração dos 24.554 votos ficou claro que os bancários reafirmariam de forma inequívoca a sua direção. Depois de algumas urnas abertas, já se sabia que um segundo escrutínio não seria necessário. Os resultados finais foram: chapa 1, 17.784 votos; chapa 2, 3.108; e a chapa 3, 2.661. Brancos 16 votos e nulos 795.

(E.O.)

Eleições bancários/Rio Votar na chapa 2

No Rio, na última semana de março, vai haver eleição no sindicato dos bancários, uma categoria com cerca de 70 mil pessoas e uma longa tradição de luta.

Apresentam-se quatro chapas: a 3 e 4 pelegas, procurando recuperar o sindicato perdido em 79; a chapa da atual diretoria, encabeçada por Iva que apesar de avançar alguns pontos em relação ao programa anterior, não chega a se alinhar de forma alguma com o sindicalismo autêntico.

A chapa dois nasceu por iniciativa de militantes petistas, que lançaram o movimento MAIS-BANCÁRIOS (Movimento pela Autonomia e Independência Sindical dos Bancários) mas que não reúne de forma alguma o consenso ou mesmo o apoio do

conjunto dos militantes bancários petistas. No processo eleitoral, o partido se dividiu entre os apoiadores da chapa de Ivã e os adeptos do MAIS-BANCÁRIOS. Isso em torno de discussões que, na maioria das vezes, giraram em torno de um placar de composição de chapa: 12x12; 10x14; 8x16.

Na briga pelo placar, o MAIS se dividiu. Alguns companheiros depois de concordarem na plenária de definições em lançar uma chapa só do MAIS, na hora se retiraram da articulação. Posturas assim não nos parecem construtivas e, nesse sentido, participar, apoiar e votar no MAIS — chapa 2 é a posição que possibilita desde dentro do processo acumular experiência e ter melhores condições inclusive para discutir dentro do PT a sua atuação sindical.

Funcionários Públicos/SP Cheiro de Greve

Os servidores do Estado de S. Paulo já aprenderam em seus anos de lutas que o governo estadual só aceita negociar com a categoria em greve.
Este ano, ao que tudo indica, esta tradição vai ser confirmada.
Dia 17 de março, a assembléia geral do funcionalismo dará a resposta.

Por Luci Ayala

Em Novembro de 81 no Congresso anual da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Profissional de S. Paulo) os professores definiram sua pauta de reivindicações: reajuste de 15% acima do INPC anual, reajuste semestral, revalorização da tabela de referências, entre outras. Definiram também a necessidade de unificação da campanha salarial com os demais setores do funcionalismo.

Em fevereiro de 82, impulsionada por setores combativos do movimento, a FE-PASP (Federação Paulista dos Servidores Públicos) organizou o III Encontro Estadual de Servidores, onde também foi definida a reivindicação de reajuste de 140% dos salários e reajuste semestral. Foi constituída uma comissão de Mobilização com representação de todos os setores do funcionalismo para centralizar o movimento.

Todas as reivindicações foram enviadas ao governador e exigiu-se abertura de negociações.

Um golpe e um recuo

A primeira proposta do governo foi um reajuste de 40% em março e duas parcelas de 30 em agosto e dezembro. Tão logo foi anunciada, percebeu-se a disposição de luta do funcionalismo: reuniões, debates, articulação pelas repartições, hospitais, escolas, Assembléia Legislativa. Discutia-se as experiências de lutas anteriores e a idéia de greve pipocou em todos os cantos.

Com muito alarde, o sr. Paulo Salim Maluf foi obrigado a recuar: disse desconhecer a proposta, amar muito seus funcionários, demitiu seu Secretário de Planejamento e contra-atacou: 40% em março e 40% em julho.

A resposta do funcionalismo foi imediata: duas mil pessoas em frente ao palácio do governo exigindo de Maluf a retirada da proposta e a abertura imediata de negociações.

Maluf não recebeu os representantes do funcionalismo. Assim, as assembleias setoriais que estão sendo realizadas apontam para a

greve e todas as expectativas estão voltadas para o magistério, um dos setores mais organizados e mobilizados e que reúne quase a metade dos 500 mil servidores do estado.

A Campanha

Convocada unitariamente pela APEOESP e pelas Associações dos Orientadores, Supervisores, Diretores, a Assembléia do Magistério que se realiza no dia 14 de março dará a tônica do movimento. Se os professores compram a briga e entram em greve, a tendência é a greve geral do funcionalismo à partir da Assembléia Unificada marcada para o dia 17 de março.

É esse o clima que vive o funcionalismo, premido pela situação de miséria em que vive. Um escriturário ganha em média 19 mil cruzeiros, um professor nível I, 21 mil; um técnico, 26 mil. Com uma inflação acumulada de março de 81 até fevereiro em torno dos 95%, o salário do

servidor vale hoje a metade do valor de março de 81. Com o aumento de 40% proposto por Maluf, o servidor receberia cerca de 70% do que recebia há um ano.

Para igualar com o ano anterior o aumento mínimo deveria estar na casa dos 100%, isso sem contar a reposição das parcelas roubadas a cada ano, quando o governo impunha reajustes sempre inferiores à inflação.

O funcionalismo sabe que essa tendência significa apenas o crescimento de sua miséria e sabe também que este ano — um ano político — tem que ser muito bem explorado. O funcionalismo vai fazer política, denunciar suas péssimas condições de trabalho e a situação da saúde, educação, transportes públicos que é imposta à população brasileira. A mobilização não se restringirá às repartições, hospitais e escolas, mas deverá ir as ruas, associações de moradores e sindicatos.



Maniféstação dos servidores frente ao Palácio Bandeirantes no dia 5 de março

A luta pelo salário

Os professores gaúchos estão em compasso de espera. O ano passado foi marcado por pequenas doses de reajustes salariais que nunca chegaram a "ajustar" seus salários às perdas causadas pela inflação. Engoliram esse aumento parcelado na expectativa de verem em vigor os termos do acordo que pôs fim à greve de 80, onde estabelecia-se um piso salarial de 2,5 salários mínimos para janeiro de 82.

Passado o prazo estabelecido, o governador desconversou e, ao invés do piso, apresentou uma proposta de um "abono" ao professorado que implica em achatamento salarial para a categoria. Mesmo as ameaças de greve não demoveram Amaral de Souza que, contando com apoio de oito deputados do PDT e quatro do PMDB viu aprovada sua mensagem e sente-se desobrigado de cumprir qualquer acordo firmado.

Os professores irão à Assembléia Geral no dia 18 de março decidir os rumos do movimento. A disposição de luta da categoria é grande, mas a diretoria da entidade ainda não apresentou qualquer proposta que oriente o professorado e apresenta uma clara perspectiva de luta.

Em Goiás

O prazo que os professores de Goiás deram ao governador para responder suas reivindicações e abrir negociações expira no dia 20 de março. Nesse dia será realizada a Assembléia Geral da categoria, onde será discutida a proposta de greve.

A reivindicação central do magistério é um reajuste de 180%, deliberado na Assembléia de 13 de fevereiro que abriu a Campanha Salarial de 82, que reponha o valor do salário perdido com a inflação do ano passado e mais as perdas acumuladas nos anos anteriores quando os reajustes foram todos a abaixo da inflação.

Trabalhadores do Vestuário de Crisciúma A Greve "das meninas"

Durante oito dias, os trabalhadores do Vestuário de Crisciúma, cidade do sul de Santa Catarina com 150 mil habitantes, mantiveram uma greve corajosa e saíram vitoriosos.
Entre outras conquistas, varreram definitivamente do meio do trabalho o insuficiente salário mínimo de 11.928,00.

A paralisação que atingiu cerca de 80% das indústrias do vestuário de Crisciúma no último dia 17, teve um fôlego muito superior ao esperado até mesmo pela própria diretoria do sindicato da categoria. Originalmente, a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Crisciúma, cuja presidente é Anna Aurino Borges dos Reis, pretendia apenas realizar uma paralisação de um dia como forma de pressão para que o encontro com o sindicato patronal na Junta de Conciliação e Julgamento, marcada para a tarde do dia 17, tivesse o melhor êxito possível.

A idéia era a de paralisar as principais indústrias logo após o meio-dia e manter uma assembléia permanente durante toda a tarde. O plano, no entanto, vazou e já no dia 16, os empresários tinham conhecimento da idéia e prometiam cerrar as portas das empresas pagando, se necessário, almoço para seus empregados. Na noite de terça-feira ainda, uma

reunião na sede do órgão da categoria decidiu pela revisão do plano: a paralisação seria iniciada já de madrugada.

Logo cedo, piquetes-relâmpagos fecharam pelo menos sete indústrias e levaram para a sede do sindicato cerca de 1.300 trabalhadores, a maior parte mulheres com menos de 20 anos.

Aprendendo a Lutar

A paralisação foi prontamente reconhecida como a greve "das meninas", elas próprias realizando diversas passeatas pelas ruas centrais, exibindo faixas que iam desde um simples "Abaixo a exploração", passando por "Basta de apanhar calado", até chegar a uma berrante "Abaixo a ditadura dos patrões". Categoria antiga na região, as costureiras principalmente eram sistematicamente humilhadas em seus locais de trabalho por terem "uma mulher como presidente" do sindicato e por não serem "capazes" de lutar.

Demonstraram exatamente o contrário. Durante oito dias, incluídos aí os de carnaval, elas em particular resistiram a tentativas de esvaziamento promovidas pela imprensa burguesa, enfrentaram espancamentos e agressões, além de ameaças com armas de fogo dos patrões, e mantiveram a mobilização coesa horas a fio no interior da sede do sindicato.

Na noite do dia 24, o acordo foi finalmente concretizado. As costureiras reivindicavam um piso salarial de 17 mil e obtiveram 14.500; remalhadeiras e fechadeiras foram a um piso de 15.200; os tecelões que pediam 25 mil, obtiveram 23 mil; já o pessoal das indústrias de calçados, entre eles lixadores, cortadores e montadores, tiveram assegurado o piso de 18 mil. Soma-se a isso um índice, insignificante é certo, de 4% a título de produtividade, estabilidade para as gestantes a partir da concepção até 60 dias após o término do auxílio-previdenciário e uma estabilidade para toda a categoria, igualmente irrisória, de 30 dias.

A paralisação foi creditada pelos empresários e pela imprensa burguesa como "fruto de infiltração política", o que aliás sempre ocorre em qualquer greve registrada neste país. A mobilização teve o apoio tácito de militantes do PT e do PDT, ficando à margem do PMDB. Também a Pastoral Operária, cuja maioria está vinculada ao PT, esteve reunida na pequena frente de apoio à greve.

Se não conseguiram elevar substancialmente suas conquistas salariais, os trabalhadores nas indústrias do vestuário de Crisciúma pelo menos mostraram às claras que contra a violência, a organização em massa é ainda a melhor reação. Não sucumbiram diante das agressões dos patrões e dos olhares misteriosos de agentes do DOPS, que acompanham à distância o desenvolvimento dos primeiros dias da greve. E já prepararam, empresa por empresa, os "comitês de fábrica" que garantirão a curto prazo um nível ainda melhor de organização ao movimento.

PT e o movimento sindical

Aberta a discussão dentro do partido

Mesmo estando em um ano eleitoral, o PT não descuida da sua intervenção no movimento de massas. O Partido marcou para 24 e 25 de julho, em São Paulo, um Encontro Nacional de Militantes Sindicais do PT.

"Companheiros,

Como já é do conhecimento dos companheiros, a reunião do Diretório Nacional de 31 de outubro, 01 e 02 de novembro, aprovou a constituição da Secretaria Sindical Nacional do Partido dos Trabalhadores. Entre os membros do Diretório Nacional inscreveram-se para trabalhar nessa Secretaria, Olívio Dutra (RS), Edésio Franco Passos (PR), Djalma de Souza Bom (SP), Jair Antonio Meneguelli (SP), Paulo de Mattos Skromov (SP), Maria Cristina Dias (SP), Geraldo Pastana (PA), José Alves da Silva (PB), Agenor Narciso (SP), Benedito Marcílio (SP), José Cicote (SP), Cosmo Rodrigues de Araujo (MA), Jorge Bittar (RJ), Fernando de O Veloso (SP) e Lula e Jacó (SP). Por decisão da Executiva Nacional, a coordenação desta secretaria ficou sob a responsabilidade de Olívio Dutra.

A finalidade da Secretaria é discutir a intervenção dos militantes petistas nas lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, estabelecendo e aprofundando uma linha sindical para o PT.

Debates já realizados no decorrer de diversas reuniões e encontros de nosso Partido permite concluir pela existência de alguns pontos de consenso rumo à constituição de nossa linha sindical.

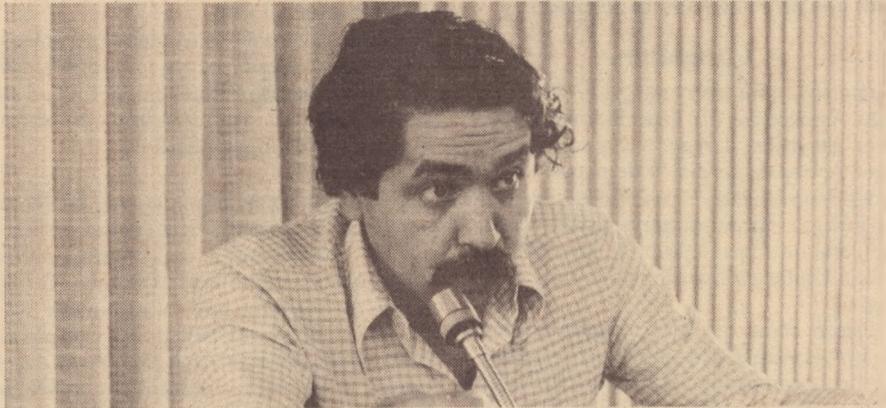
A autonomia dos Sindicatos

Um dos pontos fundamentais dessa linha de intervenção está na defesa intransigente da liberdade dos sindicatos frente ao Estado e sua completa autonomia frente aos partidos políticos. Isso implica em lutar para que os sindicatos não estejam subordinados ou aparelhados por qualquer força partidária, e combater a concepção que prevaleceu em alguns períodos de nossa história sindical limitando os sindicatos a uma espécie de correia de transmissão para orientações emanadas de outras instâncias. A defesa da autonomia sindical significa, obviamente, que os militantes petistas não poderão em hipótese alguma, ceder a tentação de aproveitar instrumentos sindicais em benefício de nossos objetivos partidários. O PT, no entanto, reconhece e proclama que a atividade sindical é, indispensável e essencialmente POLÍTICA.

Uma consequência disso é a definição de que nenhuma chapa composta de companheiros petistas deverá se apresentar como chapa do PT em eleições sindicais, nem estará autorizada na campanha a falar em seu nome. A experiência de participação em eleições sindicais nestes últimos dois anos só tem concorrido para reforçar tal definição, seja pelo acerto de chapas que evitaram usar a sigla do Partido mesmo quando composta majoritariamente de petistas, seja pelo prejuízo observado no caso de chapas que não souberam realizar a necessária distinção.

ANAMPOS e Unicidade Sindical

No mesmo sentido, é preciso ter claro que a ANAMPOS — Articulação Nacional de Movimentos Populares —



é, e deve continuar sendo, um organismo não partidário, amplo, de frente, onde atuam numerosos companheiros não vinculados ao PT, embora seja evidente que essa articulação sustenta propostas coincidentes com a nossa linha sindical: organização pela base, luta contra a atual estrutura sindical, combate ao cupulismo, sindicalismo combativo, etc.

Outro ponto de nossa linha sindical, já aprovado em encontro nacional, diz respeito ao debate sobre unicidade e pluralidade sindical. Nossa definição é pela unicidade de representação sindical e pela criação de sindicato único por categoria profissional. O PT luta, portanto, por uma Central Única dos Trabalhadores. E luta para que os sindicatos e a Central Única tenham uma vida interna democrática que assegure e fortaleça a ação unitária dos trabalhadores.

Por esse motivo, o PT se empenha em todas as tarefas de preparação, pela base, da criação da Central Única dos Trabalhadores, participando na Comissão Nacional do pró-CUT e de sua Executiva (Lula, Jacó, Olívio, etc).

Temos constatado que há necessidade de evoluirmos para uma intervenção melhor articulada nos organismos, onde já está caracterizado o aparelhismo de sindicalistas vinculados ao bloco classista denominado "Unidade Sindical". Com uma intervenção melhor planejada podemos assegurar uma influência mais forte do sindicalismo de base.

A CONCLAT de 1982

É oportuno informar aos companheiros que em sua última reunião, a Comissão Nacional pró-CUT reafirmou seu compromisso com deliberações da CONCLAT, agosto de 81, especialmente ao que se refere à convocação do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras para agosto de 82. A questão veio à baila com a proposta apresentada pelo presidente do Sindicato dos Eletricistas de SP com o objetivo de adiar o Congresso para 1983. Tal proposta foi enviada a mais de cinco mil sindicatos, numa circular que negava a necessidade de construirmos a CUT e tecia críticas à própria CONCLAT. Por unanimidade a Comissão pró-CUT rejeitou completamente os termos da proposta e decidiu encaminhar a todos os organismos sindicais do país uma circular reafirmando uma das principais delibera-

ções da primeira CONCLAT que fixa a data para o próximo Congresso — 27, 28 e 29 de agosto de 82.

Informamos também que na Comissão Nacional pró-CUT tem-se registrado uma preocupação, particularmente expressa pelo representante da CONTAG, com a proximidade da data do Congresso e com o fato de os preparativos se encontrarem praticamente na estaca zero.

Setores da chamada "Unidade Sindical" tem aventado a hipótese de um Congresso com um número seletivo de delegados sob o argumento de que a primeira CONCLAT não teve melhor resultado devido ao número excessivo de delegados. Os militantes do PT que integram a pró-CUT não aceitam tal argumentação e sustentam que é possível realizar um Congresso a partir de discussões amplas na base, que seja massivo, bem preparado, democrático e bem organizado, podendo contar com uma presença de delegados até superior aos cinco mil e duzentos da primeira CONCLAT.

Para avançar na elaboração da linha sindical do PT e discutir todas estas questões estamos propondo um Encontro Nacional de Militantes Sindicais do PT, em 24 e 25 de julho, em São Paulo. Esse encontro deverá ser precedido de encontros municipais e estaduais com o mesmo objetivo. Para isso recomendamos que em cada estado ou município seja estruturada sob a coordenação dos respectivos Diretórios do PT e a Secretaria Sindical correspondente, conforme já vem sendo feito em São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, pelas informações já em nossas mãos. Pedimos que os companheiros se manifestem sobre o local e data propostos para o Encontro Nacional, enviando sugestões para a Secretaria Geral Nacional do PT em São Paulo. Solicitamos, outrossim, que cada estado ou município comunique a esta Secretaria a existência de Secretarias congêneres em suas áreas, sua coordenação e calendário de atividades.

Selguem também em anexo 2 documentos propondo uma linha sindical para o PT de São Paulo e outro do RS. Pedimos que os companheiros enviem contribuições e sugestões a respeito dos mesmos, também para a sede em S. Paulo.

PT SAUDAÇÕES
OLÍVIO DUTRA

O PT e os sindicatos

É muito importante que num ano eleitoral, o PT não descuide da sua relação com o movimento de massas; procure definir uma linha sindical; procure defender as conquistas organizativas do movimento operário.

Mas, a circular nacional do PT ainda contém algumas dubiedades. A maior delas, refere-se à relação entre Partido e Sindicato. Não é necessário dizer que ambos — os sindicatos e os partidos operários, — são formas de organização desta classe, sendo os partidos a maneira mais elevada e consciente que a classe operária historicamente encontrou para se organizar. É impossível negar a necessidade da relação entre eles. Não podemos considerar a questão da independência do movimento sindical em relação à burguesia como uma questão meramente organizativa, abstraindo o seu conteúdo ideológico. A luta sindical é política, como afirma o documento da nacional, e é necessário que o PT influa nela, procurando dar-lhe um conteúdo revolucionário. Será da síntese da atividade dos dois que o Movimento Sindical poderá avançar. É correto e necessário, certamente defendermos a independência dos sindicatos em relação aos partidos, mas isso como uma condição para a manutenção da unidade da luta da classe operária contra os patrões. Nesse sentido, a intervenção dos partidos nos sindicatos só realmente avança a luta sindical quando ela se combina com a defesa da democracia sindical, ou seja, o direito da livre filiação partidária de qualquer operário combinada com a unidade da ação.

Certamente, os militantes petistas não são ingênuos em acreditar na apartidarização da vida sindical. Independente da vontade do PT, várias correntes políticas nacionais e internacionais procuram influenciar o movimento sindical, e apenas um posicionamento claro e firme do PT poderá contribuir até mesmo para a manutenção da unidade da classe.

Num outro nível, é lamentável que a circular da nacional não avance em medidas organizativas. Praticamente, foi esquecido dentro do PT a articulação de núcleos por categoria.

Será da discussão da linha com a intervenção concreta que o PT poderá amadurecer o assunto.

Nesse sentido, ganha importância o Encontro Nacional de Professores do PT, que é uma tentativa concreta do Partido. Unir discussão com prática sindical.



Luiz Gushiken

O PT deve se firmar como órgão dirigente

Luiz Gushiken é secretário geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo e membro da secretaria sindical do PT paulista. Aqui, ele dá sua opinião sobre o PT e a necessidade de sua atuação no movimento sindical.

partidários". Acho que o conceito de autonomia está mal empregado na frase, muito embora a preocupação com o uso indevido do "aparelho" estar correta. Mas o principal da formulação acima, mesmo despojando da frase os adornos diabólicos, é que existe um temor exagerado na influência que um partido possa ter em um órgão sindical. Isto é um absurdo. Em todo lugar do mundo, os partidos operários se degladiam para ter influência nos sindicatos. Neste sentido a questão fundamental que o PT deveria formular é outra: trata-se de saber se a política sindical do PT respeita a democracia sindical, se vai em direção à unidade e principalmente se consegue sensibilizar os trabalhadores.

A ANAMPOS só tem sentido dentro da estratégia de criação de uma única central no Brasil. Atualmente, isto significa impulsionar a pró-CUT na linha das decisões da CONCLAT, mesmo que no seu interior a ANAMPOS seja minoritária.

Até hoje, o PT se limita a intervir apenas nas questões do âmbito da grande política. É uma concepção errada, mas a pressão crescente que começa a aparecer no PT no sentido de organizá-lo para as questões sindicais logo obrigará à superação daquela fase.

— Como o partido deve organizar-se para atuar nos sindicatos?

Gushiken — Sobre isso, a questão chave que se coloca é a seguinte: O PT deve intervir com faceta própria ou não? O PT deve convocar uma assembleia sindical ou não? Os sindicalistas devem falar em nome do partido ou do sindicato?

De minha parte, acho que estas questões não se colocam no plano de princípios, porém acho que neste momento não é correto a criação de frações sindicais do PT que agiriam dentro dos sindicatos com expressão própria, assinando seus boletins, intervindo em assembleias com esta identidade etc.

Vamos pegar a experiência de outros países. Eu acho que ajudaria muito mais a classe operária francesa a unificação das centrais, baseada na democracia sindical. Uma central única, com a expressão das diversas frações partidárias. Mas observe que lá são partidos implantados na massa. Aqui, quando houver verdadeiros partidos de massa, o PT terá a obrigação de se referenciar com faceta própria. Hoje, fazer isso, seria sectarizar o movimento.

— Não existe por trás desta visão sobre a relação partido/sindicato que você se referiu uma concepção distinta de partido?

Gushiken — Pode até existir, já que o partido ainda não se estruturou para dar conta de várias outras lutas. O PT

demonstrou fraqueza em vários momentos como, por exemplo, na luta contra o pacote da previdência. No mínimo, o PT deveria armar todos os militantes e sair para as ruas, pelo menos para colocar a gravidade do problema. Poderia ter atividades de massa ininterruptamente durante meses, e assim, marcar presença como o único partido que possui, nas iniciativas para mobilização e ação direta das massas, um método próprio de atuação.

Acho que o PT deve ter a ousadia para se firmar como um órgão dirigente. Hoje, a intervenção está, no global, fraca. Ele ainda é, no dizer de um companheiro do PT, internista demais e está na hora do PT sair da casca do ovo.

— Porque muitos daqueles que afirmam que o PT não deve intervir diretamente no movimento sindical jogaram peso na ANAMPOS, mesmo sendo muito frágil a separação entre ANAMPOS e PT?

Gushiken — Em primeiro lugar, sobre a ANAMPOS. Acho que a questão deve ser colocada da seguinte forma: a ANAMPOS só tem sentido dentro da estratégia da criação de uma única central no Brasil. Nesta perspectiva, a função primordial da ANAMPOS, ao mesmo tempo em que aprimora a sua organização como corrente que se contrapõe a corrente "unidade sindical", é lutar para que a unidade nos órgãos de frente única se realize. Atualmente isto significa impulsionar a Comissão pró-CUT na linha das orientações definidas pela CONCLAT, mesmo que no interior desse organismo a ANAMPOS seja uma corrente minoritária.

Portanto, a estratégia de qualquer corrente sindical deve ser sempre no sentido de estabelecer a unidade com a democracia como um binômio inseparável.

E qual o papel do PT nisso tudo? A ANAMPOS, como qualquer outra corrente sindical que venha a ser criada como alternativa às que já existem, só será possível se o PT conseguir dar uma feição organizada aos sindicalistas aderentes do PT na linha da estratégia acima elaborada.

Estou convencido de que a fraqueza da Anamos está profundamente ligada a fraqueza do PT em não se estruturar para intervir no movimento sindical.

— Então, o que seria possível?

Gushiken — O PT tem que esboçar essa linha sindical, tem que ser capaz de intervir, de maneira organizada, de maneira que os sindicalistas aderentes ao partido sejam impulsionadores do movimento sindical. Proliferar secretarias sindicais, foruns de debates sindicais. E não é difícil esta linha sindical ser traçada

dentro do partido. Não acho que haja nenhum problema de concepção envolvido.

— E qual tem sido a participação dos sindicalistas do PT na pró-CUT?

Gushiken — Eu não tenho informes, mas me preocupo bastante com a possibilidade da IIª CONCLAT transformar-se num congresso de fundação da CUT. Se neste curto espaço de tempo que nos separa da data da IIª Conclat, a luta de classes se manter no nível em que está, há um perigo muito grande de se erguer um aparelho a nível nacional, cuja política não vai ser de impulsionar a classe trabalhadora.

Existe muita diferença entre realizar uma CONCLAT e o congresso de fundação da CUT. Para mim, a realização de um congresso deste tipo, está ligada a duas questões: a relação a ser definida com a massa e a posição política que esta central nascente terá. Em 82, acredito que uma CUT nasceria orientada por posições políticas que não vão fazer crescer o movimento operário e esta também não nasceria sob a pressão e vigilância das massas, o que aumentaria os riscos de sua burocratização.

Tenho plena consciência que a ausência de uma intervenção sindical desarma o partido e que é preciso juntar os sindicalistas para que possamos ter uma ação mais homogênea.

— Porque o documento da comissão sindical de SP não diz nada sobre a ANAMPOS, diz muito pouco sobre a próxima CONCLAT e não propõe nenhuma medida organizativa para o partido?

Gushiken — Nossas preocupações, ao redigi-lo, não eram bem estas. Pensávamos em eliminar de vez qualquer dúvida sobre a importância da construção de uma única central sindical, combinada à prática da democracia sindical.

Junto a isso, resolvemos lançar a discussão sobre o partido e os sindicatos, na linha que já coloquei anteriormente. Nosso objetivo, agora, é passar a discussão para o partido. Temos plena consciência que a ausência de uma intervenção sindical desarma o partido e que é uma questão quase de princípio juntar os sindicalistas para que possamos ter uma ação mais homogênea.

Na sua opinião, este encontro ser efetivamente realizado?

Gushiken — Claro que sim. No PT muitos percebem que há uma necessidade de se aglutinar os sindicalistas do partido para uma discussão, pois está cada vez mais evidente que é urgente a homogeneização de uma clara linha sindical para os sindicalistas petistas.

— Por que o PT até agora não tem nem linha, nem intervenção sindical?

Gushiken — Nos últimos anos, a atuação do PT foi muito tímida em relação à luta de classes. A timidez se deu por inexperiência e a falta de maior clareza para a elaboração de um programa sindical, colado à luta de classes. Vai demorar um certo tempo para o PT cristalizar uma linha sindical definitiva, pois isto vai depender da sua capacidade de, simultaneamente, ir elaborando e intervindo nas lutas.

A demora também está ligada à predominância de concepções até meio erradas na própria orientação sindical do PT. Por exemplo: apesar do PT ter uma origem no aguçamento do movimento sindical, poucos esforços foram feitos no sentido de aglutinar os sindicalistas aderentes ao PT.

Por outro lado, muitos sindicalistas que tinham consciência destas questões e condições para pressionar no sentido de mudar o quadro, reclamaram muito mas tornaram pouca iniciativa.

— Mas alguns setores não teorizam sobre a importância do PT não se meter no movimento sindical, usando o argumento da autonomia dos sindicatos em relação aos partidos como elemento de separação rígida entre partido e sindicato?

Gushiken — O princípio da autonomia dos sindicatos frente a órgãos partidários é correta. Mas este princípio somente quer dizer que os partidos devem respeitar as decisões que os trabalhadores democraticamente tiram através dos sindicatos.

A questão fundamental é saber se a política sindical do PT respeita a democracia sindical, vai em direção à unidade e consegue sensibilizar os trabalhadores.

Parece-me que há uma confusão no uso deste princípio. Numa recente circular da Secretaria Sindical do Diretório Nacional do PT, lê-se o seguinte: "a defesa da autonomia sindical significa, obviamente, que os militantes petistas não poderão em hipótese alguma, ceder à tentação de aproveitar instrumentos sindicais em benefício de nossos objetivos

**PERSPECTIVA
INTERNACIONAL**

em março nas livrarias e sucursais
do EM TEMPO

Na Espanha as mulheres lutam pela legalização do aborto, uma luta surgida do medo que milhares de mulheres grávidas estão sentindo de estarem gerando crianças defeituosas.

Essa suspeita é devida à contaminação de um óleo vendido a granel, consumido principalmente pela classe de renda baixa.

Na França as mulheres conseguiram uma lei contra a discriminação sexual e um projeto sobre a igualdade profissional permitindo o acesso das mulheres a todos os cargos públicos. No Brasil são várias as lutas e várias as formas de comemoração.

Porto Alegre: construindo a unidade

Com a participação de cerca de 200 pessoas, aconteceu no último dia 7 o encontro unitário da mulher de Porto Alegre. Reunindo num mesmo palco as integrantes da comissão pró-federação da mulher gaúcha e as entidades e grupos feministas que discordam da comissão, além do PT. O encontro teve um caráter de discussão de questões como a federação da mulher, a união municipal de mulheres e um plano de lutas. Não tendo caráter deliberativo, nada foi votado.

O que foi feito da Comissão pró-federação

Criada em agosto, no chamado 1º Congresso da Mulher Gaúcha, em meio ao cenário de manipulação partidária, a comissão, nestes seus sete meses de existência, não conseguiu encaminhar nada.

Ela se manteve envolvida em suas brigas internas entre os apoiadores do jornal Hora do Povo e as mulheres do PDT. De golpe em cima de golpe, a comissão sobreviveu com a única discussão que conseguiu fazer: qual seria a data do Congresso de Fundação da Federação.

Os partidários do jornal Hora do Povo sustentavam que ela deveria acontecer ainda este mês, "queiram ou não queiram as outras posições". Usando-se de seus inflamados discursos do tipo "o coração das mulheres clama pela federação", "quem não quer a federação agora é traidor do povo", tentaram a todo momento impor no encontro as suas propostas. Jogaram para discussão da proposta de estatutos para a federação (em nome da FRACAB, o que foi desmentido pela entidade) que possui quase 90 itens,

incluindo até penalidades para as mulheres, e que é inclusive o mesmo estatuto da federação da mulher paulista. As outras correntes que atuam dentro da comissão pró-federação, PDT e Tribuna Operária, tem visões diferenciadas do que seria essa federação, e as simpatizantes do PDT já estão avaliando que é impossível trabalhar junto com o Hora do Povo.

E o bloco de Oposição à Federação?

A resposta daqueles que não concordam com a federação foi a promoção de vários encontros setoriais que antecederam ao encontro, como o das mulheres do vestuário, da saúde, das professoras, além de discussões que ainda irão acontecer, como a comemoração que a inter-sindical está promovendo, o encontro das

mulheres do PDT, debates e promoções feitas pelos grupos feministas. Uma clara demonstração da necessidade de se ampliar a discussão dos problemas específicos da mulher para outras categorias. E foi exatamente no sentido de respeitar essa necessidade e fazer com que o encontro fosse expressão dela que a intervenção do PT e dos grupos feministas colocaram o encontro como um espaço das forças que mantiveram unidade contra o método manipulador e cupulista da Hora do Povo. Procuraram mostrar sua disposição de construir essa unidade no movimento, de unificar a discussão de quem está realmente trabalhando, de construir um espaço aberto de discussão que rompa com o isolamento de cada trabalho específico, que discuta e avalie os rumos da organização das mulheres e da construção de suas lutas.

Minas: organizando as mulheres

O I Congresso da Mulher Mineira, contando com quase 700 delegadas de todo o estado, recusou a proposta de fundação da Federação da Mulher Mineira e definiu trinta pontos de luta e trabalho.

Realizou-se nos dias 6 e 7 de março o 1º Congresso da Mulher Mineira, com a participação de 175 entidades, 690 delegadas e um grande número de observadoras da Capital e do interior do estado. Houve creches para os filhos de delegadas e refeição gratuita, para quem não podia pagar. Compareceram à abertura do Congresso representantes de sindicatos, de entidades estudantis, associações de bairros, de partidos políticos de oposição e representantes da Federação das Mulheres Paulistas.

Todas as mulheres que têm lutado pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro e contra a ditadura militar foram as homenageadas do Congresso e, no sábado, Júnia Horta, Babaia e Denise Miranda deram um show em homenagem às participantes.

Foram quatro os temas discutidos: a mulher e a situação geral do país; a mulher e o trabalho; a mulher e a condição feminina; a mulher e sua organização. Como já se esperava, a grande polêmica ficou em torno do último tema: criar agora ou não a Federação das Mulheres Mineiras. E a proposta vencedora foi a da

criação de uma Comissão Pró-Federação, que deverá encaminhar todas as propostas definidas (veja ao lado) e organizar o próximo Congresso.

O número significativo de entidades presentes comprova que as mulheres estão se organizando, quer seja em departamentos femininos nos sindicatos, nas entidades estudantis ou associações de bairros. Mas, como foi bastante discutido, a mulher mineira ainda não está organizada em suas entidades específicas.

Como no II Encontro, realizado no ano passado, o oportunismo esteve presente, com tentativas de se transformar o Congresso em palco de lançamento de candidaturas. Foram ensaiadas brigas e homens portavam até mesmo socoinglês.

Mas a denúncia mais clara foi a que fez Joêlsia Moreira Feitosa Filha, moradora do bairro Parque São João, em Contagem: "Hoje pela manhã, o ônibus da Viação Rio Preto fez uma coleta de mais de 30 mulheres da região de Contagem. Foram chamadas por João Gabriel para participarem de uma reunião de mulheres, com almoço e condução pagas. Elas teriam apenas que votar pela criação

da Federação de Mulheres. Ao chegarem no Congresso, foram, com toda razão, impedidas de se inscreverem como delegadas, porque tinham chegado mais tarde e não estavam representando nenhuma entidade. Então elas ficaram revoltadas e queriam denunciar para o plenário, mas foram impedidas, com ameaça de espancamento, por Albôncio Dias, metalúr-

gico. Com medo, resolveram ir embora e tiveram que pagar o ônibus. Além de tudo isto, tres companheiras receberam crachás com nomes que elas não conheciam, para votarem na Federação".

Apesar de tudo, o Congresso cumpriu seu objetivo principal que, é o de organizar as mulheres nas suas lutas específicas e nas lutas gerais da sociedade.

As resoluções

1. Responsabilização do governo pelas tarefas domésticas
2. Luta por creches nos locais de trabalho, mantidas pelas empresas e nos bairros, mantidas pelo governo
3. Criação de creches nas empresas onde trabalham os pais das crianças
4. Luta contra a violência sobre a mulher
5. Luta contra o Código Civil no que se refere às mulheres, particularmente o Código da Família
6. Luta contra o controle da natalidade imposto pelo governo
7. Discussão ampla do aborto, juntamente com o controle da natalidade
8. Luta contra o pacote da previdência. Manifestação contra este pacote
9. Maior discussão sobre o aleitamento materno
10. Educação sexual na família e educação contra a discriminação racial
11. Luta contra a exploração da mulher e do corpo feminino pela propaganda
12. Garantia de ensino gratuito para a criança, sem que o governo determine autoritariamente seu conteúdo
13. Criação de grupo de trabalho para estudar a legislação do trabalho e a situação do trabalho da mulher
14. Luta pela democratização do trabalho doméstico e divulgação de sua importância
15. Luta contra a dupla jornada de trabalho
16. Salário igual para trabalho igual
17. Luta contra a exigência de experiência nos empregos, entendendo que esta medida atinge mais diretamente às mulheres
18. Luta pelo emprego e pelo seguro desemprego
19. Luta contra a exploração de menores
20. Luta contra a discriminação da mulher nas empresas
21. Pelo direito de profissionalização da mulher em todos os níveis
22. Por direitos trabalhistas à mulher camponesa
23. Garantir que as empresas aceitem atestado médico das entidades sindicais para efeito de licença
24. Fim da ditadura militar
25. Contra a Lei de Segurança Nacional
26. Apoio a participação da mulher na ONCLAT. Pela formação da Cut
27. Pelas eleições livres em 82. Contra o pacote eleitoral
28. Luta pela participação da mulher nas eleições
29. O Congresso é apartidário, com caráter político, para que não seja transformado em palco eleitoral
30. Encaminhar aos partidos políticos as reivindicações do Congresso e exigir que eles incorporem todas as reivindicações nos seus programas.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589-0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição e Impressão: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

São Bernardo

CAMPANHA SALARIAL 82

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

a história das nossas lutas

1978

DESMORALIZAMOS A LEI DE GREVE

CRUZANDO OS BRAÇOS DENTRO DAS FÁBRICAS.
GANHAMOS UM AUMENTO DE 11% e 13% DE ANTECIPAÇÃO

1979

FIZEMOS 15 DIAS DE GREVE

MOSTRAMOS NOSSA FORÇA NO ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES.
GANHAMOS 63% PARA TODOS; CRIAMOS NOSSO FUNDO DE GREVE.
FORÇAMOS O GOVERNO A MUDAR A POLÍTICA SALARIAL.

1980

FICAMOS 41 DIAS EM GREVE.

ENFRENTAMOS TODA A FORÇA DO GOVERNO, DOS PATRÕES, E DA POLÍCIA
GANHAMOS 7% ACIMA DO INPC PARA A PRIMEIRA FAIXA E 6% PARA AS DEMAIS,
E O MAIS IMPORTANTE:
GANHAMOS O RESPEITO, A DIGNIDADE E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

1981

NÃO FIZEMOS GREVE

ACEITAMOS O AUMENTO NUMA "BOA" E VEJA O QUE GANHAMOS:
-MAIS DE 13.000 DEMISSÕES NA VOLKS
-MAIS DE 6.000 DEMISSÕES NA MERCEDES
-MAIS DE 2.000 DEMISSÕES NA FORD
-MAIS DE 20.000 NO RESTANTE DAS EMPRESAS

1982

O QUE VAMOS FAZER ESTE ANO?

MANTER A CABEÇA ERGUIDA
E PARTIR PARA A LUTA,
OU VAMOS ACEITAR
MAIS DEMISSÕES?

COMPANHEIROS

A HISTÓRIA ESTÁ AÍ PARA MOSTRAR QUE OS PATRÕES
SÓ CONHECEM A LINGUAGEM DAS MÁQUINAS PARADAS.

**ESTE ANO VAMOS DAR O TROCO!
QUE NINGUÉM DUVIDE!**

Com a história na mão

1.º de abril é a data-base para as negociações salariais dos metalúrgicos do interior de S. Paulo. Este ano, os metalúrgicos de S. Bernardo prometem manter a cabeça erguida e não aceitar mais demissões.

Quanto mais passa o tempo, vai ficando claro que as greves de 1978, 1979, 1980, deixaram profundas raízes em S. Bernardo. Apesar de toda uma safra de diretores sindicais terem sido afastados do Sindicato e das fábricas, apesar da recessão econômica que atingiu duramente a região, o movimento sindical vai dando mostras crescentes de maturidade e soergimento.

Na campanha salarial deste ano, S. Bernardo saiu com outros sindicatos (S. José dos Campos, Sta. Bárbara do Oeste, Itu, Ribeirão Preto, S. Caetano, Sto André), que unificaram uma única pauta de reivindicações. Trata-se de uma crescente generalização por todo o estado de uma prática sindical dinâmica, voltada para as bases, rompendo com o burocratismo das federações.

No interior de sua base, a campanha salarial vem tendo sucessivos momentos. A greve da Ford, em outubro passado, que resultou na conquista de uma comissão de fábrica, foi o estopim para que inúmeras outras greves por fábrica se sucedessem na região. Tivemos mais de uma dezena de paralizações, a maioria das vitoriosas, mostrando uma evolução da prática sindical.

As greves por fábrica ganham importância, os patrões mostraram em várias ocasiões uma tendência à negociação em torno de alguns pontos (basicamente estabilidade e organização interna dentro das fábricas) e disseminou-se a experiência das comissões de fábrica pela região.

Agora, apesar do relativo insucesso da greve da Brastemp, a atual diretoria do Sindicato

procura jogar toda força para a mobilização final. A data base (1.º de abril) já está bem próxima e ela espera colher os frutos de seu trabalho: a organização nas fábricas, a reconquista e reativação da máquina sindical.

A FIESP, por sua vez, vai tentando enrolar os trabalhadores, adiando a resposta ao elenco de reivindicações que lhe foi apresentado e criando uma mesa especial para negociação com os sete sindicatos do interior. Vão sondando o ambiente, procurando ver qual a melhor tática a ser utilizada este ano para não ceder e, ao mesmo tempo evitar conflitos.

Da parte do Sindicato, suas publicações são inequívocas: a história está aí para mostrar que os patrões só conhecem a linguagem das máquinas paradas".



A greve da Brastemp

Os trabalhadores reivindicavam vales descartáveis para alimentação, transporte para horistas e mensalistas, equiparação salarial, mas receberam dos patrões do governo camburões, cassetetes, pancadas e demissões.

Após 17 dias de greve, na segunda-feira, dia 8, terminou sob forte repressão a greve na Brastemp. Pela manhã e pela tarde, diretores sindicais e operários da Brastemp foram presos e espancados; o DOPS e a PM faziam notar ostensivamente sua presença na porta da empresa e seis camburões rondavam pelo local.

Por que os patrões optaram pela repressão e não pela negociação? "É que os patrões, o governo, a FIESP encamparam esta luta como uma questão de honra, pois nos últimos meses tem havido muitas greves de fábrica aqui em S. Bernardo do Campo e elas têm conquistado muitas reivindicações. Mas esta greve da Brastemp, às vésperas da campanha salarial, tinha que ser desmoralizada porque eles julgaram que, com isso, desmoralizariam todo o trabalho da campanha salarial", esclarece Osvaldo Bargas, um dos diretores sindicais que chegaram a ser presos.

Mesmo assim, apenas a repressão não explicaria o final da greve na segunda-feira. O próprio Osvaldo argumenta que houve uma certa precipitação por parte da

Comissão de fábrica da Brastemp: a greve foi decretada no sábado de carnaval; muitos operários e dentre eles um dos diretores de base, estavam em férias coletivas.

Tivemos, então, por parte da Brastemp e do governo um progressivo endurecimento. No dia 2, os patrões rompem as negociações com os grevistas, no dia 5, por 21 votos a zero o Tribunal Regional do Trabalho julga a greve "ilegal" e no sábado passado, a empresa efetua seis demissões por justa causa e suspende temporariamente trinta grevistas.

Na segunda-feira, aproveitando-se da volta ao trabalho em razão do fim das férias coletivas de 1200 operários, os patrões, armam todo um aparato repressivo nas portas de fábrica.

Terro na fábrica

Terminada a greve na segunda, os patrões instalam dentro da empresa um verdadeiro clima de terror, vigiando as conversas nos banheiros, evitando que se forme qualquer aglomeração dentro da empresa. Os trabalhadores passam a trabalhar tensos, vigiados de perto pelos patrões.

Tudo indica que a tática da Brastemp será de ir cedendo aos poucos as reivindicações da

greve, como se estas estivessem sendo doadas. Isso, com o objetivo de isolar o sindicato, insinuando que "quem vai atrás do Sindicato só se ferra. Peçam, que nós damos". Com isso, vão procurar melhorar o clima na Brastemp, pois temem que o ambiente carregado influa na produtividade e na qualidade do produto final.

Água fria no dissídio

A princípio, pode parecer que o relativo fracasso desta greve, possa ter abalado o espírito de luta dos operários do ABC. Mas, as coisas não são bem assim. "O que a gente vê", declara Osvaldo, "é que esta greve não foi uma greve derrotada pela vacilação do sindicato ou dos trabalhadores. Ela foi terminada de uma hora para outra, pela força repressiva, pela força do Estado. Eu acho que isso criou em todos os trabalhadores da categoria, não só entre os da Brastemp uma vontade de brigar muito maior".

Isto pode ser facilmente visto pela pujança do ato público realizado na sexta-feira, em solidariedade aos trabalhadores da Brastemp. Três mil trabalhadores saíram em passeata do sindicato e foram até à praça situada em frente àquela empresa.

Ao mesmo tempo, a categoria de S. Bernardo viveu entre o fim do ano passado e o início deste ano, várias experiências de greve de fábrica, a maioria bem sucedidas. E o saldo maior destas paralizações, foi disseminação da organização de comissões de fábrica.

Em anos passados, toda a organização sindical era centralizada no aparelho sindical. Agora, já existe comissão de fábrica da Ford; na Fabrini (esta reconhecida, mas ainda sem estatuto) e muitas outras que se formam na Volks, na Volks caminhões, por exemplo). O reforço da organização no interior das empresas é o indicio mais significativo da evolução da prática sindical em S. Bernardo do Campo.

Apesar de ser questionável a vinculação estrita entre as comissões e o Sindicato, no caso de S. Bernardo isso se torna uma vantagem, dada a combatividade do sindicato.

Desta forma, a greve da Brastemp foi apenas um round da luta. Dela, sairão algumas lições que visarão o aprimoramento das formas de luta, para que o troco seja dado aos patrões.